

ATA DA TRIGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 16-7-2020.

Aos dezesseis dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas, foi realizada a chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Hamilton Sossmeier, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, José Freitas, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Márcio Bins Ely, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Ramiro Rosário, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Cassio Trogildo, Engº Comassetto, Idenir Cecchim, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert e Valter Nagelstein. A seguir, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, na presente sessão destinado a debater o tema específico “Dificuldades do segmento empresarial do comércio, diante da pandemia de covid-19”. Em continuidade, pronunciaram-se acerca do tema em debate Paulo Kruse, Presidente do Sindicato dos Lojistas do Comércio de Porto Alegre, Nilton Souza Neco, do Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre, Moacyr Schukster, Presidente do Sindicato Intermunicipal das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis e dos Condomínios Residenciais e Comerciais no Rio Grande do Sul, e Henry Chmelnitsky, Presidente do Sindicato de Hospedagem e Alimentação de Porto Alegre e Região. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Mauro Zacher, Cláudio Janta, Valter Nagelstein, Comandante Nádia, Mendes Ribeiro, Adeli Sell, Engº Comassetto, Mônica Leal, Aldacir Oliboni, João Carlos Nedel, Márcio Bins Ely e Lourdes Sprenger. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cláudia Araújo, Professor Wambert, Airto Ferronato, Cassiá Carpes e Adeli Sell. Após, o Presidente concedeu a palavra, para considerações finais acerca do tema em debate, a Nilson Souza Neco e a Paulo Kruse. Em prosseguimento, foi aprovado requerimento verbal formulado por Reginaldo Pujol, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Também, foram apregoados os Projetos de Lei do Legislativo nºs 233/19, de autoria de Mendes Ribeiro, e 013/20, de autoria de Valter Nagelstein (Processos nºs 0533/19 e 0039/20, respectivamente). Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª sessão, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 009 e 010/20 e o Projeto de Lei do Executivo nº 012/20. Às dezoito horas e um minuto, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Reginaldo Pujol. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Boa tarde a todos.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Sr. Presidente, vinte e cinco vereadores presentes. Há quórum.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Com um quórum absoluto, seguro, firme e tranquilo, nos permite iniciar a sessão, que deveria ter sido na semana passada e que, em face dos problemas que tivemos na ocasião, que não contávamos com energia elétrica suficiente naquela data, por cautela, transferimos para a data de hoje.

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje este período é destinado a tratar do tema específico: Dificuldades do segmento empresarial do comércio, diante da pandemia causada pelo Covid-19, trazido pelo Sr. Paulo Kruse, representante do Sindicato dos Lojistas do Comércio de Porto Alegre – Sindilojas; do Sr. Moacyr Schukster, representante do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais – Secovi; do Sr. Nilton Souza Neco, representante do Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre – Sindec; do Henry Chmelnitsky, representante do Sindicato de Hospedagem e Alimentação de Porto Alegre, o Sindha.

Nós estamos vivendo, hoje, em nossa cidade, nosso Estado, no País e no mundo, esses efeitos especiais que eram, para nós, brasileiros, totalmente desconhecidos. Com a graça de Deus, no último século, há mais de cem anos, nós não conhecíamos situação semelhante a que estamos vivendo aqui no nosso País. Por isso é com muita alegria, e por iniciativa do Ver. João Bosco Vaz, que recebemos esses ilustres convidados no dia de hoje, e com eles iremos compartilhar posições e opiniões.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sr. Presidente, o Ver. João Bosco Vaz gostaria de, antes de os convidados usarem a palavra, fazer uma breve intervenção.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Tudo bem, o Ver. João Bosco Vaz pode se manifestar, e logo após, entrego a coordenação das nossas atividades, como de praxe tem ocorrido em ocasiões semelhantes, ao nosso diretor legislativo, que, de forma muito eficiente, tem sido nosso coordenador das atividades complementares e remotas da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, que apesar de todas as dificuldades, não tem medido esforços no sentido de preencher essa lacuna com a intensidade, eficiência e competência com que vem fazendo.

O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Obrigado, Sr. Presidente; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu agradeço o carinho de todos, sejam bem-vindos os nossos convidados. Eu serei muito breve, Presidente, apenas para colocar a situação e por que eu resolvi solicitar à Mesa Diretora que convidasse as pessoas que aqui estão conosco, nesse plenário. Nós temos discutido muito, nesses quatro meses, a situação que vive Porto Alegre, e eu tenho repetido muito, e outros vereadores também, que até agora a gente só vê o sacrifício da sociedade, a gente não vê o sacrifício do governo. Quem gera empregos, quem gera impostos, quem tem compromissos; as pessoas estão sem rumo, porque o governo não dá um rumo. O governo não avança, o governo retroage, como também não temos dados, o governo não passa para nós os dados. E ultimamente a nossa discussão maior aqui tem sido a falta de transparência do governo, não só com a sociedade, mas com a Câmara de Vereadores, inclusive, vetando naquele projeto a emenda da transparência, que nós aprovamos e tivemos que derrubar o veto. Então, nada melhor que os vereadores, neste momento, ouvirem os representantes das classes que produzem, que geram empregos e impostos, para colocarem para nós, e para a sociedade, que estamos ao vivo, pela TVCâmara, a situação que estão vivendo, a situação que estão enfrentando, o que a Câmara pode fazer, além do que está fazendo, que é pressionar, que é denunciar, que é buscar o diálogo, pois não temos esse diálogo. Então, era para isso, Sr. Presidente. Eu queria justificar por que convidei os empresários, o Neco, que é o presidente o Sindicato dos comerciários, o que foi uma sugestão também do Ver. Cláudio Janta.

Então, nossos convidados sejam bem-vindos, sintam-se à vontade, nós estamos com muita sede de saber coisas que ainda não sabemos, até hoje, e que acontecem nessas reuniões dos senhores com o prefeito. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. João Bosco Vaz. Vamos dar início às intervenções dos nossos convidados.

O Sr. Paulo Kruse, presidente do Sindilojas de Porto Alegre, está com a palavra.

SR. PAULO KRUSE: Boa tarde a todos, eu queria cumprimentar o Ver. João Bosco Vaz pelo seu aniversário, saudar o Presidente Reginaldo Pujol e a todos os outros vereadores, e dizer que tenho uma grande satisfação em estar aqui e ver quantos amigos e vereadores que eu considero como amigos, que tenho contato há bastante tempo. Gostaria de saudar, então, em nome do Ver. João Carlos Nedel, todos os vereadores e amigos - o Nedel é o decano mais antigo com quem eu me relaciono há mais tempo e tenho muito carinho e um grande respeito por ele, assim como por todos. Quero saudar também o meu colega, que é um batalhador, junto conosco, o Moacyr Schukster; e, por fim, o presidente Nilton Neco, que é o presidente do Sindicato dos Comerciários, que eu digo que, se eu estivesse no programa do Paulo Sérgio Pinto, eu diria que eu faria uma continência ao Neco, porque está fazendo uma gestão modelo

para o Brasil nos acordos que têm feito com o Sindilojas Porto Alegre, possibilitando que muitas empresas continuem com os seus empregados sem dispensá-los. É muito bom, eu gostaria de elogiar na frente dos senhores, em público, o trabalho do Sindicato dos Comerciários. Nós terminamos de assinar ontem um acordo que possibilita a prorrogação de contrato até o final do ano, independentemente do governo federal. As ações que são feitas em conjunto, no Sindilojas, com a aquiescência e o interesse que o Sindec tem em manter os empregados e manter as empresas, os acordos têm sido facilitados, têm sido feitos, têm sido ajudados. A fiscalização que eles exercem nos momentos que são necessários tem sido, para nós, muito importante e demonstra que, com união, com trabalho e com diálogo, pode-se construir muita coisa.

Em relação ao que está acontecendo conosco na pandemia, deve ser de conhecimento dos senhores, nós tivemos o fechamento de 7 mil empregos em Porto Alegre. Evidentemente que nós tivemos números maiores de desempregados, mas também tivemos uma recontração, mas 7 mil postos de trabalho, por enquanto, foram fechados em Porto Alegre e deverá levar algum tempo para ficarem abertos. Fora isso, eu não tenho um número das lojas fechadas; o que eu posso dizer para vocês, em termos percentuais, que mais de 20% do comércio de Porto Alegre já deixou de existir e que, quando reabrir novamente, deverá ter mais, no mínimo, uns 10% a 15%. Nós não temos, não conseguimos esse dado, porque, referente à Junta Comercial, quando se dá baixa numa empresa, não se dá num determinado momento. Nós tivemos vários momentos, primeiro o fechamento, *lockdown*, de uma maneira brusca, mas que também existe uma parte do comércio, em função da imprensa, que houve uma precipitação na demonstração do que vinha acontecendo... E nós tivemos esse fechamento em março. A partir daí nós formamos um grupo, em que estava inserido o Paulo Afonso Pereira, da ACPA, e alguns outros presidentes de entidades... (Problemas técnicos no som.) Mas para explicar o que vinha acontecendo, as medidas que vinham sendo tomadas e não para dividir a responsabilidade ou dividir as decisões, que eu entendo que, nós, como agentes empresariais, deveríamos participar de decisões, estarmos juntos, inclusive, numa mesa de crise de negociação, coisa que acontece com o governo do Estado. No penúltimo decreto, isso foi colocado, mas não se efetivou até este momento. Nós temos muitas lojas fechadas, sem trabalhar, a minha, inclusive é uma delas, mas nós temos muito do comércio aberto em Porto Alegre. Se os senhores andarem na cidade, verão que há uma desobediência civil muito grande, as pessoas não têm condições de não continuar. Muitos comerciantes pequenos dependem daquilo para sua subsistência. Alguns com funcionários, alguns com compromissos e, por teimosia, teimosia que eu diria sadia, para não perder o seu negócio, continuam trabalhando de porta fechada, entregando em porta, entregando em qualquer bairro, em qualquer lugar, fazendo um trabalho de formiga que possibilite que eles possam, ao menos, comer. E é isso que está acontecendo. Nós não deixamos de reconhecer que o nosso maior problema hoje, o nosso maior inimigo é a Covid. Evidente que Porto Alegre tem 1,5 milhão de habitantes e desse 1,5 milhão provavelmente só tem uma pessoa, aliás, tem umas quinze pessoas que fazem parte do comitê da Prefeitura, que têm um entendimento; os outros todos têm entendimentos diferentes. Isso, por si só, já é muito difícil de adequar, mas nós

entendemos que algumas medidas deveriam ser diferentes e nós, o Sindilojas e os lojistas, entendemos que não somos culpados. Nós entendemos que propiciamos a maior circulação na cidade, 600 mil pessoas circulam por dia em função do comércio, comprando, abrindo o seu negócio, mantendo os empregos. Então, nós entendemos isso. Nós entendemos também que foi excessivo, que está sendo excessivo, embora tenha aumentado a contaminação, mas nós entendemos que o tempo que está sendo levado, está permitindo que haja uma desobediência civil em toda cidade; lojas abertas, as pessoas funcionando de maneira precária, vendendo... (Problemas técnicos no som)... trabalhando, vamos dizer, na clandestinidade, o que não é salutar. Eu tenho relatos de lojistas que se sentem muito mal em manter a porta fechada, às vezes, recebendo fiscalização, sendo que estão dentro da loja, mandando sair - isso não é salutar. Já soubemos da falta de diálogo com a Câmara Municipal. Entendemos que isso não é salutar e que realmente o Poder Legislativo deveria ter uma parcela de contribuição nesse sentido. Nós entendemos que não há mais espaço, entendemos também que não deva ser liberado o futebol, embora existam muitos adeptos do futebol, nós entendemos que não deva ser aberto o futebol, enquanto o comércio estiver fechado. Isso seria uma coisa de sensibilidade, porque o comerciante está simplesmente desesperado. A grande maioria do comércio de Porto Alegre, 90% do comércio de Porto Alegre são de pequenos comerciantes e isso é importante citar. A subsistência das suas famílias depende dali. Nós temos em torno de 15 mil, 16 mil lojistas em Porto Alegre, e as famílias e os empregados de todos eles dependem desse negócio. Então é importante que a gente tenha comunicação. Nós ficamos, às vezes, sabendo de fechamento ou abertura em cima da data; isso também não é um fato salutar. Nós entendemos muitas colocações que foram feitas, muitas reivindicações de coisas que aconteceram, foram as entidades que pediram para que a coisa... Ontem ainda, um amigo meu me ligou dizendo que era um absurdo o Mercado Público estar fechado. Eu posso dizer aos senhores, o Mercado Público talvez não tomou os cuidados que deveria ter tomado e talvez por isso foi fechado. Porque nós nos sentimos agredidos. Assim como também os supermercados têm a possibilidade de vender produtos que nós temos. Quem trabalha com confecção, quem trabalha com artigos de inverno sente-se extremamente prejudicado, pois o inverno está passando, os estoques foram comprados, deveriam estar sendo vendidos. Isso vai causar um problema financeiro para as empresas e muito fechamento de empresas. Então, nós não estamos confortáveis com essa situação, nós entendemos que precisamos abrir, nós estamos fazendo carga junto à Prefeitura Municipal para que relaxe a abertura, embora nós sentimos o aumento da contaminação, mas, com cuidados, é necessária a abertura para a subsistência econômica. O reflexo na cidade nós não sentiremos nem hoje nem amanhã, nós sentiremos nos próximos meses, talvez nos próximos anos. Isso vai se refletir muito na arrecadação que hoje ainda tem o impacto do repasse do governo federal, mas em um próximo momento talvez não tenha e vai impactar muito as finanças da cidade, o que vai ocasionar que todos nós vamos perder. Nós entendemos também, apesar de não ser o nosso setor, que o setor de construção deveria estar aberto, porque possibilita ainda que um número grande de colaboradores consiga trabalhar e tem um local talvez mais seguro no seu negócio, no

seu trabalho do que em casa. E isso são muitas coisas. Aliada a essa pandemia, nós temos agora esta enchente. O Sindilojas, analisando a forma que trabalha, em conjunto com várias entidades, com união, com diálogo, às vezes, com algumas discordâncias, mas sempre objetivando o resultado, é isso que nós entendemos que deva acontecer na cidade de Porto Alegre, com a Câmara Municipal e o prefeito municipal.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Sr. Paulo Kruse. O Sr. Nilton Souza Neco, presidente do Sindec-POA, está com a palavra.

SR. NILTON SOUZA NECO: Boa tarde, vereadores e vereadoras; dirigentes sindicais e empresariais aqui presentes; saudando o Paulo Kruse, eu saúdo todos os outros dirigentes que estão aqui representando os seus setores. Um agradecimento especial ao Ver. João Bosco Vaz, parabéns, vereador; ao Ver. Cláudio Janta, por esta iniciativa de trazer para cá os setores que estão envolvidos nesta problemática da pandemia da Covid que nós estamos passando. Quero parabenizar a Câmara de Vereadores por essa iniciativa, porque é o primeiro órgão público que nos chama para nos ouvir, porque, até agora, o prefeito não nos chamou. E não que não tenhamos pedido, já enviamos dois ofícios solicitando conversar com o prefeito, com o comitê. Quando ele editou o decreto anterior, abrindo a possibilidade da criação dos comitês para ouvir a sociedade civil, nós nos inscrevemos também, com o interesse de dar a nossa opinião e, até hoje, não fomos chamados, não fomos ouvidos. Nosso sindicato, junto com o Sindilojas, logo que foi decretado o estado de calamidade no Brasil, no nosso Estado e em nossa cidade, nós constituímos um comitê gestor da crise, como a gente chama, onde a gente debatia e debate os problemas que o comércio vem enfrentando e quais as saídas que a gente podia buscar. O sindicato dos comerciários de Porto Alegre defende o isolamento social como única saída para resolver o problema da pandemia, porque não existe remédio comprovado cientificamente que possa prevenir, não existe vacina, então o nosso posicionamento é no sentido de defender a quarentena como uma saída para preservar vidas e não para empilhar corpos. Nós tomamos algumas iniciativas, porque também entendemos o problema econômico, e ninguém mais do que nós estamos vivenciando isso. Inclusive não só a queda no número de trabalhadores da nossa categoria como também a arrecadação do próprio sindicato, que vem sofrendo. A partir do momento que as empresas sofrem, o sindicato também sofre com a queda na sua arrecadação, e o sindicato tem compromissos. A gente, conversando, antes da medida nº 936 editada pelo governo federal, já tinha um caminho para a preservação dos empregos e dos negócios funcionando na nossa cidade. Fizemos as primeiras... (Problemas técnicos no som.) ...coletivas, depois veio o decreto, que se transformou em lei, e, como o Paulo Kruse bem falou há pouco, nós agora fizemos um prorrogando até dezembro, independentemente de o governo prorrogar ou não, para as empresas poderem fazer a redução da jornada com redução de salário, fazer a suspensão

dos contratos. E a diferença que era coberta pelo governo, os empresários cobrem e pagam isso a partir do primeiro semestre do ano que vem. Essa foi uma das possibilidades que nós abrimos pensando nesta problemática toda que nós estamos passando na nossa cidade e no nosso País, que não é diferente do que se passou no mundo. A gente tem exemplos, aqueles países que demoraram a tomar uma atitude mais drástica empilharam corpos, a gente tem exemplos, não é isso que nós queremos para o nosso País, não é isso que nós queremos para a nossa cidade, para o nosso Estado, bem pelo contrário, queremos preservar vidas, preservando o emprego, preservando a economia, mas sabendo que nem tudo é possível. Esse é o trabalho que a gente vem desenvolvendo, e lamentamos muito, o prefeito começou muito bem o trabalho na quarentena, no primeiro decreto. Errou quando elegeu só o comércio como vilão da propagação do coronavírus. Na verdade, manteve os parques abertos na nossa cidade, vocês viram o que foi ter mantido os parques abertos na nossa cidade, dizendo que o distanciamento não propagaria o vírus. Na verdade, já tem estudos científicos mostrando que esse vírus anda no ar, porque são partículas muito minúsculas, que podem se locomover a três, quatro, cinco, seis metros, dependendo até do tipo de espirro que a pessoa dá. Errou quando liberou uma parte do comércio e restringiu o transporte público em Porto Alegre, sabendo que o transporte público é um dos grandes transmissores do coronavírus. Esses foram os erros cruciais que o prefeito, lamentavelmente, não se apercebeu e foi liberando sistematicamente. O que aconteceu? Quando ele liberou aquela primeira vez, o que é que as pessoas acharam? Voltou ao normal! E fazer agora isso, voltar para trás é muito difícil, gente. Eu lembro, a gente fala muito disso como dirigente sindical: quando a gente vai entrar num ato de mobilização dos trabalhadores e tenta fazer o máximo de diálogo e tenta convencer os trabalhadores de deixar a greve para o último minuto, a paralisação para o último minuto, é porque, depois que tu entras para uma greve, tu não sabes quando sai dela. Nós estamos vendo esse problema do vírus, não existe um remédio, não existe uma vacina ainda, isso pode perdurar por bastante tempo. Os países que começaram a liberar muito cedo o trânsito das pessoas tiveram que fazer uma coisa mais drástica, que foi o *lockdown*, a gente troca experiências com outros dirigentes sindicais do mundo, da Europa, da América, dos Estados Unidos, e as pessoas têm falado: o *lockdown* na Europa foi muito sério. Depois que ele foi instituído, as pessoas, para saírem para a rua, tinham que ter permissão da Prefeitura. Entravam num *site*, pediam permissão e tinham que justificar por que estavam indo. Se estivesse na rua, fosse pego pela polícia e não tivesse o documento autorizando que ele ia no médico, que ele ia na farmácia, que ele ia no supermercado comprar mantimentos, ele era convidado a voltar para a sua casa. Quer dizer, isso é o que nós vamos ter que passar, com certeza, agora, e vai ser muito mais traumático, porque há quanto tempo, desde março, nós estamos paralisados. Tentaram fazer essa abertura meio maluca da cabeça não sei de quem, não sei quem foi que achou que dava para liberar do jeito que liberou o comércio em Porto Alegre e as atividades, causando toda esta problemática que nós estamos passando hoje na nossa cidade e o momento da contaminação, isso é inevitável. Nós não somos defensores da contaminação por boiada, porque a gente entende que isso não tem nem comprovação.

Inclusive andam falando alguns estudos que o coronavírus, aquele que já teve, os anticorpos têm uma duração de, no máximo, 90 dias, e pode voltar a ser infectado. Então, essa tese é uma tese que só vai empilhar corpos, nós achamos que temos que buscar outras saídas. O governo federal demorou muito para entrar com ajuda econômica para as pequenas e médias empresas e, quando entrou, os bancos entraram pensando como era antigamente, antes da pandemia, exigindo uma série de contrapartidas. Você está numa crise econômica, que já vinha grave para o nosso setor, aí vem a pandemia, vem a seca, vem a enchente, vem o gafanhoto, aí os caras acham que nós temos que ter garantias para ter um empréstimo. Isso foi um problema seriíssimo. Se tivesse vindo em tempo, com certeza estaria ajudando, e nós não perderíamos esses postos de trabalho que estamos perdendo na nossa cidade. São mais de sete mil trabalhadores, e vai aumentar muito mais, a gente sabe disso, porque o problema está muito sério na nossa cidade. Eu agradeço muito a oportunidade que a Câmara de Vereadores está nos dando, para que a gente possa trocar essa experiência, falar um pouco daquilo que nós estamos vivenciando dentro da nossa categoria. Nós estamos trabalhando com um grupo *home office*, estamos trabalhando também com um grupo presencial lá na sede, mas não atendendo as pessoas presencialmente, atendendo por telefone e pelas redes sociais. A gente tem fiscalizado as empresas que estão descumprindo, geralmente, por denúncia. O trabalhador denuncia, nós vamos lá para ver o que está se passando, o que está sendo descumprido do decreto e da nossa convenção coletiva. Temos trabalhado duro nisso, a gente tem conseguido resolver muitos problemas através do contato direto com o nosso comitê gestor da crise, com o Sindilojas. Quando a gente apura que tem uma irregularidade, tenta resolver, não consegue resolver, antes de mandar a denúncia para a Prefeitura ou mandar a denúncia para o Ministério Público, a gente entra em contato com o Sindilojas, para ver se o Sindilojas consegue demover o empresário e fazer cumprir aquilo que nós firmamos, aquilo que nós assinamos. Mais uma vez, muito obrigado pela oportunidade, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Sr. Moacyr Schukster, presidente do Secovi/RS, está com a palavra.

SR. MOACIR SCHUKSTER: Boa tarde a todos, eu inicio cumprimentando o Presidente Pujol pela iniciativa de nos colocar, o pessoal da iniciativa privada, junto com os Srs. Vereadores, componentes de uma Câmara muito ativa, que é orgulho de nossa cidade. Eu tenho falado para pessoas de outras cidades, mostrando quão ativa é a nossa Câmara de Vereadores com a sua variedade de ótica, mas sempre com o fito de melhorar a cidade. Quero também cumprimentar o Ver. João Bosco Vaz pelo seu aniversário, ele, que é um cidadão que fez diferença, porque estão aí os seus livros, a sua trajetória como jornalista, como comentarista esportivo e que marcou época na cidade. E ainda está marcando, agora ele está nas lides públicas e um

pouco mais. Quero também cumprimentar a todos, especialmente o Ver. Nedel, o Ver. Ely, e todos aqueles... Não devo mencionar nomes, mas, enfim, isso é um erro que eu já cometi aqui, mas a gente, quando fala em público, comete gafes. O que importa, efetivamente, é que estamos frente a uma pandemia, e essa pandemia está nos trazendo gravíssimos problemas. São gravíssimos, porque tocam a sobrevivência de cada um de nós, essa é a questão. Isso veio de longe, não adianta estarmos procurando culpados, nós temos é que enfrentar essa situação. O Paulo Kruse e o presidente Neco também fizeram uma boa descrição dos problemas que estamos enfrentando. Então, eu não vou repisar muito os problemas que estamos enfrentando, as imobiliárias e os condomínios, porque o funcionamento de imobiliárias e condomínios tem que continuar, mesmo em *home office*, ou seja, os condomínios estão funcionando, porque nós moramos nos condomínios, eles têm que funcionar com os seus problemas e suas virtudes. E também as imobiliárias precisam continuar dando esse apoio, nós temos que atender às pessoas que precisam alugar ou que ainda querem aproveitar para comprar e vender imóvel, porque a coisa tem que continuar. É justamente aí a nossa tese, a nossa tese é de que temos que aprender a viver com a pandemia por muito mais tempo, porque ela já se mostrou que não terminará rapidamente. A expectativa inicial era de que teríamos um pico em maio, mas nós já estamos em julho e isso vai até o final do ano, sem dúvida nenhuma. A nossa missão, que é a missão de todo cidadão, é procurar uma forma de conviver dentro desse quadro triste da pandemia. Como é conviver com essa pandemia? É mantendo as atividades funcionando, mantendo os empregos, e é também mantendo os cuidados para a não proliferação dessa pandemia. Como fazer isso? Eu estou entendendo, nos altos dos meus 80 anos, estou há quatro meses fechado aqui em casa, que estamos carecendo ainda de uma atitude um pouco mais proativa. Por quê? Porque quando a gente pensava que isso era passageiro, muito bem, mas como nós já sabemos, hoje, que isso não vai passar de uma hora para outra, precisamos de medidas um pouco mais abrangentes. O que seria, por exemplo? Bom, a primeira coisa que eu imagino, não sei se seria iniciativa da Câmara de Vereadores, com o prestígio que goza, com a qualificação dos seus vereadores, com... (Problemas técnicos no som.) ...talvez fosse, mas que reuníssemos infectologistas, empresários, consultores e mais algumas pessoas que a gente possa entender que podem contribuir com essa questão... (Problemas técnicos no som.) ...não só abre e fecha, abre e fecha, como foi muito bem mencionado pelo Neco, porque esse abre e fecha não adianta, desorganiza o funcionamento das atividades empresariais. Não é simplesmente abrir e fechar. Como o próprio Paulo Kruse falou: “E o estoque que estava nas lojas? ” É muito complicado isso. Nós precisamos achar um jeito de conviver com a pandemia. E quando dizem, “mas tu queres que faça mais o quê? ” Eu não sou especialista, mas eu penso, por exemplo, o seguinte: um dos gargalos que temos é o transporte público, porque nós temos que dar condições para a população se movimentar e ir para os seus empregos. Bom, como fazer isso? A minha pergunta é a seguinte: será que não tem um dispositivo sanitário que se consiga colocar no ar condicionado dos ônibus para que eles possam trafegar de uma forma saudável? Então, com a palavra estão os médicos e os instaladores de ar condicionado, porque isso é algo que, imagino, possa valer a pena. Dentro das próprias

lojas, será que não teria uma pastilha, sei lá, qualquer coisa que se colocasse no ar condicionado para manter hígido o ar dentro dessa loja? Isso seria fundamental. E já não falo nos aviões, que é uma lata fechada, e quando a gente entra, eu acho que todo mundo já viu isso, e entra uma nesga de sol, a gente vê como está espesso de pó, de ácaros, etc., aquele ar dentro do avião. Muito bem. Eu pensei no ar condicionado, mas eu posso imaginar que outras coisas poderão ser boladas por outros segmentos e que fariam com que se pudesse conviver com a pandemia. Com isso, nós teríamos mais coisas funcionando e sem necessidade daquele pequeno comerciante estar com meia porta aberta para poder faturar alguma coisa, se não ele vai morrer de fome, não adianta. Então, nós temos que aprender a conviver com a pandemia, e essa convivência passa pela colaboração de muita gente que ainda não se deu conta de que pode colaborar. Se essas pessoas não se deram conta, se nós soubermos que elas poderão eventualmente contribuir, vamos acioná-las, vamos fazer isso. Eu estou imaginando, Presidente Pujol, se for o caso, e eu realmente respeito muito e não digo isso da boca pra fora, respeito muito a inteligência dos vereadores de Porto Alegre, de cada um deles, e vamos esquecer as posições políticas, mas cada um deles tem muita inteligência, eu interajo com muitos deles e sei disso, leio suas declarações, a inteligência da Câmara de Vereadores de Porto Alegre é inegável, e eu tenho a sensação, Ver. Pujol, que se a Câmara pudesse criar um comitê temporário para tratar justamente disso, convidar outros setores, outros sindicatos, outras associações, para que sugiram medidas como essa que estou dando, humildemente, sobre a questão do ar condicionado, porque uma coisa é certa: se nós não dermos condução, as pessoas não vão poder trabalhar, não vão poder se movimentar, e se nós não dermos condições para que todo mundo exerça a sua profissão, as suas atividades, isso caminha para a desorganização da sociedade, que já está. E nós temos obrigação, dentro dos limites de nossas atividades, das funções para as quais fomos eleitos, de procurar auxiliar na solução desse problema. Como se inventou o guarda-chuva para a chuva, o guarda-sol para o sol, sei lá, nós temos que inventar alguma coisa, ou mais de uma coisa, para conviver com essa pandemia até que tenha a sua vacina, até que ela seja controlada e que passe a ser uma doença a mais com que o ser humano tem que se defrontar.

Não quero me alongar, quero agradecer muito a gentileza do Presidente Pujol em ter convidado o Secovi e a mim. Eu quero também me congratular com os meus colegas que já falaram e os que ainda vão falar, mas eu gostaria de dizer que a Câmara de Vereadores está prestando mais um serviço, e eu espero que desta nossa conversa de hoje alguma coisa se acrescente a esse terrível quadro no sentido de regularizá-lo, porque nós temos que reorganizar a sociedade. A sociedade teve um tropeção, está sendo difícil de se recuperar, mas nós temos que aprender a viver com essa estrada cheia de buracos. Vamos ter que aprender, porque caso contrário vai tudo para o brejo. Vamos aprender a conviver com a pandemia, e que cada um contribua com a sua inteligência, com a sua atividade, com a sua juventude e sempre colocando a inteligência e o respeito ao próximo como bandeira. Muito obrigado pela oportunidade.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Sr. Henry Chmelnitsky, presidente do Sindha, está com a palavra.

SR. HENRY CHMELNITSKY: Muito obrigado pelo convite, Presidente Pujol. Boa tarde a todos, ao João Bosco, pelo aniversário; aos amigos vereadores; aos meus colegas presidentes. Isso não é um fenômeno de Porto Alegre, nem é um fenômeno de Canoas, é um fenômeno mundial, como o Moacyr disse. Nós vamos ter que aprender a conviver com isso, como o Moacyr também disse. É uma questão inevitável, e quanto mais unidos estivermos, tudo será mais fácil. Divergência de opinião, divergência política, tudo isso faz parte da democracia e é saudável. A comunicação entre todos é fundamental, e ela tem que ser aprimorada sem antagonismos, mas sim em benefício da cidade, em especial não levando em conta que este é um ano de eleições e que seria bastante importante que nem o Executivo e nem o Legislativo tirassem proveito disso para visão de eleição. A nossa categoria tem uma atividade um pouco mais complexa do que foi trazido aqui, porque em hospedagem nós não dependemos somente de estar abertos ou fechados. O aeroporto está trabalhando com 10% da sua capacidade; o aeroporto e a rodoviária são dois itens extremamente importantes para gerar movimento para os nossos hotéis. Nós estamos com 70% dos hotéis fechados, não que não irão abrir, alguns têm já sua programação de reabertura, e 30% estão trabalhando com baixa capacidade de ocupação. A gastronomia, os restaurantes, desde o primeiro dia, tanto a hospedagem como a gastronomia foram os mais afetados; o paliativo de entrega e retirada da comida não é suficiente para pagar as contas, mas também, desde o primeiro dia, temos uma conduta, apesar de muitas vezes ser interpelado na rua por essa conduta, inclusive pelos vereadores aqui presentes, assim como eu fui interpelado por outros vereadores e outras pessoas que elogiaram a nossa conduta, que é no sentido de que não adianta precipitarmos a reabertura, porque nós não vamos ter clientes; existe um medo coletivo, existe um trabalho a ser feito em relação a esse medo coletivo e não adianta precipitar abertura nenhuma, porque, quando reabrir, a conta do *shopping* vai vir inteira – quero ver quem vai pagar a conta –, porque os *shoppings* vão querer receber, os aluguéis vão estar aí para serem pagos, os estoques e os empréstimos terão que ser pagos, e nós não vamos ter faturamento, porque existe o medo que existe em todo o mundo, não é uma questão de Porto Alegre, e nós temos que entender que esse processo, como o Moacyr disse com muita felicidade, ele é muito maior do que nós, nós somos uma partícula e não vamos resolver essa pandemia, vamos ter que achar um caminho para conviver com ela da melhor forma possível para a saúde da população e para a saúde econômica da nossa cidade. Tenho dito, com bastante insistência, que existem três pilares a serem mantidos: o da saúde do cidadão, do empresário, a saúde emocional e a saúde econômica; se nós fraquejarmos nesses três ângulos, nós vamos criar um problema muito sério. Ao mesmo tempo, nós entendemos que deveríamos estar, não o Sindha, mas as entidades que representam a iniciativa privada deveriam estar sentadas no comitê que decide, do Município, e no comitê que decide, do Estado – nós estamos sentados num comitê que é do Estado, mas não é o que decide, é o que recebe a informação pronta. Então nós, iniciativa privada, não importa

quem, deveríamos estar sentados discutindo isso. A nossa categoria tem mantido contato constante com o Executivo, não é por falta de diálogo, são gerentes, muitas vezes nós não concordamos, mas a gente conversa e entendemos que toda a sociedade deveria estar conversando.

Quanto ao futuro, este ano é um ano castigado, enquanto não tivermos a vacina não será resolvido, e por enquanto os cuidados do distanciamento físico e não social – eu não estou falando do distanciamento social, estou falando do distanciamento físico – ainda é a melhor resposta, ainda é a solução para isso, fora que nós temos, por parte do governo federal, nenhum norte, nenhuma liderança para que nos dê tranquilidade; ao contrário, ele só nos confunde, só tira a racionalidade e inventa respostas que depois são esquecidas porque não existem. Por outro lado, o dinheiro federal, se chegou para alguns, chegou para muito poucos, porque a burocracia, as garantias, as exigências... Eu não sei onde foi parar, porque quando chegamos na agência, o dinheiro acabou – será que foram para os amigos do rei esse dinheiro? Só sei que, para quem precisa mesmo dinheiro, ele não chegou.

Então, pessoal, eu não quero me alongar. Eu agradeço muito a vocês o diálogo com essa equipe fantástica, os representantes do povo, pois vocês foram eleitos para realmente conduzir a nossa cidade em parceria com quem votou em vocês e com o Executivo, que também foi eleito. Um bom debate para nós, um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Muito obrigado, Sr. Henry. Passaremos agora às inscrições das Sras. Vereadoras e dos Srs. Vereadores.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Eu queria, antes de mais nada, agradecer essa contribuição maravilhosa que os nossos quatro convidados nos propiciaram, lamentar que um dos convidados não pôde comparecer por razões que ele justificou, mas, de qualquer sorte, garantimos que nós tivéssemos um bom painel através do qual nós poderemos ouvir, doravante, os vários inscritos e estabelecermos, ao final, um bom debate com uma réplica oferecida aos nossos palestrantes e as manifestações que nós ouvirmos na reunião. Então, quero cumprimentar todos, ao mesmo tempo em que agradeço essas contribuições valiosas. Nós vivemos um momento especial aqui em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e, de resto, no Brasil; é uma situação inusitada que nós estamos vivendo e a dificuldade de enfrentar esse processo é evidente, razão pela qual há muitas contradições e até mesmo algumas inconseqüências no encaminhamento do processo. A Câmara de Vereadores, como de resto as outras instituições políticas do país, estão interessadas em contribuir para que ocorra o melhor posicionamento possível diante dessa situação imprevista até a data de hoje. Assim sendo, antecipando as manifestações que certamente serão realizadas pelas inúmeras representações de bancadas que irão se manifestar, agradeço antecipadamente a grande contribuição que o Paulo, o Neco, o Moacyr e o Henry propiciaram para o

esclarecimento desta realidade que nós vivemos, cada um com a sua forma e expressão de ver e sentir essa situação e isso tudo nos enseja, como Casa do Povo, onde hoje todos têm representação, a procurar alinhar melhor ainda a nossa atuação diante desta realidade.

Obrigado, senhores. Devolvo a coordenação ao nosso diretor legislativo Luiz Afonso, que está efetivamente coordenando e muito bem os trabalhos. Obrigado aos senhores, permaneçam conosco.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MAURO ZACHER (PDT): Boa tarde a todos os colegas vereadores, cumprimentos especiais aos nossos convidados de hoje. Quero reforçar a presença de vocês, nós tivemos tantos embates aqui na Câmara. Não há necessidade de concordarmos em tudo, mas é importante o fato de nós estarmos numa reunião, numa plenária, e eu poderia aqui lembrar algo que fica na memória presente em mim e tenho certeza, também, na dos senhores, sobre vários embates, várias discussões, em que a cidade, não tenho a menor dúvida, saiu ganhando no entendimento na construção de pontes.

Início dizendo que este vereador votou contra o projeto aqui apresentado por alguns colegas vereadores e depois mantive o veto parcial a ele, e a minha justificativa é de que toda e qualquer reabertura tem que ser muito bem pactuada entre nós, pactuada para que a gente possa ter resultados positivos, para que a gente possa ter o retorno rápido, para que a gente possa ter abertura e depois não o fechamento e venhamos a nos arrepender. Então, de início, quero me colocar à disposição, porque há interesse de que a gente possa reabrir e garantir que os negócios liderados por vocês se mantenham na cidade, por consequência os empregos – é um compromisso e uma disposição de todos nós para que aconteça. Eu tenho absoluta certeza de que aqui não há vereadores a favor disso ou contra aquilo, todos nós queremos voltar o mais rápido possível, com segurança, com garantia de que vocês possam manter os negócios e os empregos. Eu quero me manifestar dizendo que não há hora que vocês não possam chamar este vereador para construir alternativas para enfrentarmos essa pandemia juntos. Todos fizeram uma série de colocações – Paulo, Nilton, Moacyr e Henry –, todas elas muito importantes, mas eu vou citar aqui uma questão do Henry. Eu fiz contato com um amigo que tem comércio aqui em Porto Alegre e Camboriú – já falei isso em duas ou três reuniões nossas –, onde o comércio reabriu um pouco antes de nós, duas semanas depois, talvez, daquele período de fechamento inicial. Eu perguntei para ele: “Meu amigo, como está aí?” A resposta dele: “Olha, Mauro, eu preferia que tivesse ficado tudo fechado, sou comerciante pequeno, e reabrindo, o aluguel voltou a cem por cento, estou tendo que manter toda a folha de pagamento e as pessoas ainda não voltaram.” Estou dizendo isso porque é isso que tem que ser feito, esse planejamento. Eu tenho escutado muito as entrevistas do Paulo pela imprensa e isso está muito claro na questão de vocês. Acho que todo esse retorno tem que ser iniciado, tem que

acontecer essa pactuação, as pessoas têm de voltar a novamente ter segurança, essa reabertura e o fechamento têm que ser isonômicos. Eu tenho um questionamento em relação ao Mercado Público, o Mercado poderia ter feito, talvez, um controle maior, é o que chega a nós, mas o fato é que o Mercado vende assim como vende um grande supermercado. Então estou colocando algumas questões que vocês todos estão conscientes do que está acontecendo, não é uma coisa simples, mas eu não tenho o menor receio de que o entendimento, de que a criatividade, a fé, a esperança e a inteligência da capacidade humana vão nos tirar dessa situação o mais rápido possível e que façamos aqui os nossos mandatos. Não vejo caminho que não seja suporte do governo federal para que possa oferecer crédito subsidiado, barato, com pouca burocracia para vocês, para que os seus associados possam manter os seus negócios. Tem que ser uma voz coletiva, permanente nossa para que isso aconteça de fato, que chegue ao empresário e que possa sobreviver neste momento e que possamos planejar.

Eu tenho citado um outro estudo que é a macroeconomia da epidemia de cem anos atrás, que é um dos estudos que a gente pode usar como base. Uma pesquisa realizada nos Estados Unidos mostrou que as 43 cidades pesquisadas que conseguiram fazer o melhor isolamento tiveram uma recuperação no longo prazo. Se esse estudo científico é algo que a gente pode nos basear, eu tenho receio de que este esforço que nós estamos fazendo hoje, que essa dedicação que gente vem enfrentando nesta pandemia, terão um resultado melhor para nós todos no longo prazo. Agora, eu quero ressaltar aqui – eu escutei a fala de quase todos vocês hoje numa gravação do Jornal do Comercio que está *on-line* para quem quiser assistir – que, primeiro, salvar vidas é salvar também a economia, isso é fato, vida é geração de riqueza, e cabe aqui, sim, uma crítica ao Executivo. Primeiro, eu sinto, na fala de todos, que o Executivo tem uma grande dificuldade de escutar as opiniões da experiência, de quem está lá na ponta, de quem está em contato, permanentemente, na vida e dialogando com as pessoas que estão passando por tudo isso. Parece que o governo municipal prefere escutar as consultorias, muitas delas, caras e de fora da cidade. Eu quero registrar isso, porque eu tinha muito claro na minha mente que o esforço que todos nós fizemos, principalmente vocês, do comércio, fechando previamente em março, abril, foi para que o governo pudesse preparar a cidade neste pico. Era esse o meu entendimento, acho que era o entendimento de todos, era o esforço coletivo que estávamos fazendo previamente, muito mais do que pressão da mídia criando uma comoção nas pessoas, mas era um esforço que nós estávamos fazendo para que o governo municipal se preparasse e pudesse criar hospitais de campanha, que usasse toda a nossa estrutura para que não tivéssemos neste momento as nossas UTIs ao ponto ou próximas de estarem superlotadas, que pudéssemos enfrentar este momento com menos restrição a todos vocês. Então, parece-me que esta cobrança tem que ser feita, há uma irresponsabilidade neste momento que eu quero aqui registrar aos senhores que estão aqui conosco. Espero que possamos ter um contato mais permanente, a solução para uma retomada é urgente, tem que ser segura e muito bem pactuada para que nós possamos ter uma retomada o mais logo possível, salvando as nossas empresas e nossos empregos.

Eu acho que houve muito pouco sacrifício do governo municipal, uma série de iniciativas dos vereadores no entendimento de que o governo abrisse mão de receitas neste momento para poder ajudar a salvação de negócios e de emprego. Eu vi do governo municipal muito pouco; eu vi muita entrevista, eu vi muita fala, eu vi muita exposição na mídia, parece-me que isso está fazendo bem ao ego do prefeito, mas não está fazendo bem à saúde econômica da cidade. Fica aqui a minha posição irrestrita, que a gente encontre soluções e caminho e podem contar com este vereador. Um grande abraço, mente sã para todos nós, saúde, esperança para que possamos sair disso mais fortes do que entramos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD): Boa tarde a todos. Quero saudar o Nilton Neco, dirigente nacional da Força Sindical e secretário de Relações Internacionais da Força Sindical, que pode nos dar um quadro bem real do que é esta pandemia no mundo; o Paulo Kruse que tem feito um trabalho muito forte de garantia de emprego; o Moacyr; o Henry e dizer ao Henry que não é só o prefeito que toma decisões, até porque as decisões do prefeito, na maioria, são equivocadas. Ontem fiz uma *live* com os trabalhadores da saúde e me assustei muito com os números e as coisas que eu ouvi. Geralmente as *lives* duram 45, 50 minutos e ontem durou uma hora e 48 minutos em função de nós termos, no Brasil, 33.118 profissionais da saúde contaminados. Nós temos, no Brasil, 8.265 trabalhadores da saúde completamente afastados e temos 268 mortos na área da saúde. Em Porto Alegre nós temos 930 trabalhadores da saúde afastados e em torno de 2 mil contaminados. Então o quadro é grande, assustador, mas temos que fazer coisas. A palavra que mais ouvi aqui é planejamento, que o que está faltando é planejamento. No primeiro fechamento era em 15 dias o pico, depois passou para mais 20 dias o pico e assim fomos, correndo atrás do pico. Todos nós que vivemos neste Estado sabemos que o grande pico está começando agora, o grande pico do nosso Estado no nosso inverno é a primeira quinzena de setembro. E o que nós vamos fazer até lá? Nós estamos entre a cruz e a espada, se salvamos a economia, os empregos, ou se salvamos a vida das pessoas. Eu acho que as duas coisas, com coerência e planejamento, podem andar juntas. É desumano, a pequena empresa que tem contato direto com o trabalhador, sabe a real necessidade desse trabalhador, sabe que o seu filho está doente, sabe que a pessoa está passando por dificuldades, é a grande massa de empregadores, não pode ser tratada como quem frequenta um parque, como quem frequenta um *shopping center* que alega que tem dificuldade de ter o controle para aonde as pessoas vão. Como o Mercado Público, Paulo Kruse, o Mercado Público foi fechado porque os vigilantes estavam se negando a medir a temperatura e oferecer álcool para as pessoas. A Prefeitura em nenhum momento deu a oportunidade para a Associação do Mercado Público de contratar

peças para medir a temperatura e oferecer álcool, simplesmente resolveu fechar o Mercado Público. Algo que deveria ter sido feito nas praças e parques de Porto Alegre há muito tempo. Então nós vamos parar com os ônibus em Porto Alegre porque vários ônibus não estão medindo a temperatura e não oferecem álcool. Então eu acho que falta todos se desarmarem, principalmente por parte do Executivo. Esta Casa representa o povo de Porto Alegre, dos 36 vereadores eleitos, cada um representa uma parcela da população, cada um representa um segmento da população, nada representa mais a população de Porto Alegre do que a Câmara de Vereadores independente do prefeito. Agora, as políticas têm que ser iguais, eu tenho dito muito isso. Eu não posso ver as lojas em Porto Alegre fechadas, eu não posso ver os bares e restaurantes em Porto Alegre fechados, eu não posso ver os parques infantis, o que é um absurdo, dentro dos *shopping centers*, fechados. E aí vê tudo funcionando em Canoas, tudo funcionando em Gravataí, tudo funcionando em Alvorada, Viamão e Cachoeirinha, onde as pessoas pegam aplicativo, ônibus, táxi, seu carro, e vão fazer compras. Eu já falei várias vezes com meus pares aqui que o comércio é impulso, o comércio é atendimento. Se uma pessoa sai daqui e vai a Canoas para comprar óculos, para comprar uma joia, para comprar uma roupa, para comprar seja lá o que for e foi bem atendida, gostou de ter ido passear, ela vai voltar. E nós vamos estar tirando o dinheiro e o produto aqui de Porto Alegre. Se a pessoa vai comer em uma churrascaria lá em Canoas e gostou, ela vai voltar. Esse é o problema, nós não podemos ter uma política de isolamento para a cidade de Porto Alegre. Não adianta, na semana que vem, declaramos bandeira preta em Porto Alegre, e aí Guaíba, por exemplo, está com bandeira amarela, Cachoeirinha está com bandeira amarela – Cachoeirinha é onde menos gente morre, por quê? Talvez porque eu não consiga os dados, como não estou conseguindo os dados dos trabalhadores da saúde que morreram em Porto Alegre – eu consegui do Brasil inteiro. Então, tem que ser uma política de Estado! Uma política que, realmente, vai fechar a cidade de Porto Alegre, vai fechar todo o entorno de Porto Alegre, sei lá, por cem quilômetros. Nós temos que planejar isso. Acho que foi o Moacyr quem falou, o próprio Henry aqui, isso eu disse para os colegas quando eu estava discutindo se abre ou não abre. Abriu, começa a rolar o aluguel, seja o condomínio no *shopping*, começa a rolar. E como que a pessoa vai recuperar isso, gente, como? As cidades cresceram, as cidades voltaram a se desenvolver e a vender após a Covid, várias cidades da Itália, da Espanha, porque fecharam tudo, planejaram e abriram – um sistema planejado. Agora mesmo abriu na Europa, a Espanha, a Alemanha iriam abrir para outros países, mas voltaram atrás, porque teve foco de contaminação. Então, o que está faltando? Em primeiro lugar: alguma vez o Município procurou os senhores que representam os empreendedores de Porto Alegre e fizeram uma proposta de parceria para fazer os testes? Alguma vez o Município sentou com os senhores e fez um planejamento para abrir, tipo: abre as lojas até às 14, 15h, abre os restaurantes das 17 até às 23h, em algum momento o Município fez esse planejamento, chamou os senhores para fazer uma planilha de planejamento que possa abrir? Que os *shopping centers* disponibilizassem, por exemplo, o aluguel de transporte, que nem faz o Polo e algumas grandes empresas para os trabalhadores? Alguma solução foi dada que não fosse o fechamento? Nós fechamos por um bom

período, e nada foi feito. Eu concordo, como alguns falaram, a cidade está normal – falei isso ontem de novo –, o número de veículos na rua está normal. Só não está normal as pessoas comprarem e consumirem na cidade de Porto Alegre. Agora, as pessoas estão andando, senão não teria engarrafamento às 18h na Av. Bento Gonçalves, na Av. Ipiranga, na Av. Assis Brasil, na Av. Protásio Alves, não teria essas avenidas trancadas. Então, eu acho, para concluir, quero dizer que a palavra fundamental de tudo isso é planejamento. E faço coro aos presidentes Nilton Neco e Paulo Kruse. Nas duas vezes que eles pediram reunião com a Prefeitura, eu encaminhei os documentos para a Prefeitura – até hoje nem para nos dizer quando seria a reunião ou que não teria reunião nós obtivemos resposta. E se fizer um conselho da sociedade civil na cidade de Porto Alegre para discutir a questão da Covid e não incluir estas entidades que estão aqui hoje, Sindilojas, sindicato dos comerciários, sindicato dos bares e restaurantes, sindicato das imobiliárias, sindicato da construção civil, sindicato do transporte, esse comitê realmente não quer discutir a cidade de Porto Alegre. Como o Mauro Zacher disse, nós estamos aqui à disposição dos senhores para ajudar a construir um planejamento para a cidade de Porto Alegre para que nós não vejamos – o Paulo disse que tem sete mil desempregados que foram demitidos no comércio, só que o registro de seguro-desemprego do Caged deu, no mês passado, 68,2 mil pedidos de seguro-desemprego em Porto Alegre. Eu quero dizer que a crise que vem vindo é muito grande, assim com a Covid. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Cláudio Janta. Registramos, Sr. Presidente, que o Sr. Henry Starosta Chmelnitsky comunica que tem outro compromisso às 15h45min e talvez tenha que nos deixar antecipadamente.

O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo da Ver.^a Cláudia Araújo.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (PSD): Boa tarde a todos. Agradeço muito a gentileza da minha líder, Ver.^a Cláudia Araújo, cumprimento o Presidente, colegas vereadores, convidados de hoje, amigos – Sr. Paulo Kruse, presidente do Sindilojas de Porto Alegre; Sr. Henry Starosta Chmelnitsky, presidente do Sindha; Sr. Nilton Souza Neco, presidente do Sindec/POA; e meu caro Moacyr Schukster. Vou começar pelo final: Moacyr, nós construímos na Câmara um projeto que está pronto, Plano de Manutenção, Operação e Controle - PMOC, espelhado na legislação federal, construído junto com a Associação Sul Brasileira de Refrigeração, Ar Condicionado, Aquecimento e Ventilação - ASBRAV. Levamos um ano nesta construção, fizemos várias reuniões, participaram o Alisson, do Sinduscon, o pessoal do sindicato da indústria da construção civil, sindicato de bares, hotéis e restaurantes. Está pronta esta legislação - infelizmente estamos parados desde o início do ano -, que ficou nas comissões, mas acho que é possível pedir o regime de urgência e votar isso, que

trata exatamente da qualidade do ar-condicionado em ambientes coletivos fechados. Eu quero dizer que, talvez por características ou por uma história pessoal, sofra muito esta questão, porque eu fui secretário da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio, conheço cada um desses setores econômicos e me preocupa demais o sofrimento que todos nós estamos passando. Eu compartilho do que disseram os outros vereadores, da dificuldade de diálogo, da imprevidência, da incúria, eu sei que às vezes nós divergimos em algumas coisas, sei que convergimos em muitas outras. Eu já divergi do Henry, do Paulo, mas sempre de forma muito fraterna – cada um tem as suas características pessoais. Eu só quero trazer à tona, espero ser bem rápido, algo que escrevi no dia 24 de março – está lá no *site* do Diego Casagrande. Eu disse que como estamos vivendo tempos sombrios e inimaginados, tudo é novidade, e o futuro é de incertezas. Lembram as consequências da greve dos caminhoneiros na economia brasileira? Pois então, uma simples parada de 15 dias quase levou o País à bancarrota. E levamos quase dois anos para recuperar, se é que já recuperamos. Diante desse cenário de iminente colapso econômico vozes se levantam e dizem, usando o jargão gauchesco: “Não dá para matar a vaca [economia] para acabar com os carrapatos [Covid]”. Não que eu ache que a Covid seja algo que de fato a gente tenha que desprezar. Isso alguns falam, inclusive um ex-ministro de Estado, médico, que a baixa mortalidade do vírus não justifica a parada do mundo. É um argumento que, do ponto de vista ético, é difícil de sustentar. Todavia, no médio prazo, sabemos que terá que ser uma inexorável escolha. Outros dizem que – o Henry, tenho certeza de que compartilha dessa posição – já viram ex-combalidos, mas nunca vi ex-falecidos. Eu digo isso porque outro dia eu liguei para o Henry e perguntei como ele estava. Ele falou: “Vivo”. Que bom, todos nós estamos, mas os desafios também são outros tantos. Então, como eu dizia, uns dizem “já vi ex-falido e nunca vi ex-falecido”. Por ora, a alternativa consensual no mundo é priorizar a vida em detrimento da economia e forçar uma parada total – isso foi em 24 de março. Quanto tempo, e o caos social, saques, empresas quebrando. Como ficam os planos de saúde, e as empresas quebrando, de onde virão os empregos e os impostos? O cenário é apocalíptico – 24 de março! O que a ciência indica, enquanto não vier uma cura, é que praticamente todos serão contagiados no médio prazo, sei lá, em um ano, dois anos, até vir a vacina. O Moacyr acabou de dizer que vamos ter que nos acostumar com a doença. Diante desse cenário à política é apresentado o problema ou dilema: a economia ou a vida. E parece que estamos discutindo isso até hoje, senhores. O dilema, a escolha, para mim, diante da certeza da contaminação de um enorme número de pessoas, Nilton, é o seguinte: ganhar tempo para fazer hospitais e equipar os hospitais, construir respiradores. Foi o que escrevi lá em março, e daí segue o jogo, retoma a vida, tratar a doença como inevitável e ter infraestrutura para enfrentá-la é a resposta ao dilema ético. Tudo indica uma curva crescente da doença no mundo, e nada impede uma recidiva na própria China. Então, teremos que nos conformar com as fatalidades infelizmente. Ninguém quer empilhar corpos evidentemente, mas faz parte de uma pandemia. Vejam o exemplo da gripe espanhola, como falou o Mauro Zacher, há cem anos; está aqui, de novo, essa pandemia no Brasil, chegando a quase 80 mil mortos, e eu repito o que disse em março: tudo indica uma crescente curva da doença no mundo, e

nada impede uma recidiva na China, então teremos que nos conformar com as fatalidades e mandar a vaca para o pasto. Ah, se sem querer uma guerra com a China, mas que eles vão – termino assim com uma coisa mais jocosa - ter que melhorar a dieta, isso eles vão. Isso era em março, gente! Como disseram os vereadores aí: mais 15 dias, abril; mais 15 dias, maio; mais 15 dias, junho; e nós estamos no dia 16 de julho. O que nós sabemos, para concluir, que aquilo que o governo tinha que fazer hoje ainda, dia 16 de julho: teste em massa, rastreamento dos doentes, isolamentos dos doentes, um hospital de reserva, respiradores e leitos, se nós tivéssemos mais 150 leitos em Porto Alegre, nós não estávamos com a bandeira vermelha. Repito o que disse lá em abril, quando nós construímos – eu, a Ver.^a Comandante Nádia, o Ver. Professor Wambert, o Ver. Ricardo Gomes, o Ver. Mendes Ribeiro, perdoem se me esqueci de alguém – o projeto da reabertura gradual das atividades econômicas, ouvindo a ciência também, porque, na ciência... (Problemas técnicos no som.) ...todo mundo, o Dr. Ricardo Zimmermann defende uma coisa, os infectologistas da Sociedade de Infectologia defendem outra. Onde está a certeza absoluta? Ninguém tem. Então, o que eu sei, a certeza que eu tenho é que nós tínhamos que ter preparado essa estrutura para enfrentar isso e manter as atividades econômicas com todos os cuidados respectivos. Eu rezo todos os dias para que vocês possam voltar a trabalhar, para que esse dado que o Ver. Janta trouxe do Caged não aconteça o que está acontecendo e que tende a ser muito pior, e vai ser muito pior que na greve dos caminhoneiros, que eu falei aqui que levamos dois anos para nos recuperar. Em quanto tempo nós vamos nos recuperar? Agora, o que eu quero que vocês saibam é que eu sempre serei um defensor de quem empreende, de quem luta e vive as dificuldades para gerar emprego e pagar impostos no nosso País, mesmo que pontualmente, às vezes, eu venha divergir dos líderes, pelos quais eu tenho o maior respeito, mas posições na vida a gente tem que ter, coerência a gente tem que ter, e eu estou mostrando a vocês algo que escrevi lá no dia 24 de março, para mostrar que o que eu falo do dia 24 de março, hoje, no dia 16 de julho, continua sendo a mesma coisa. No mais, que Deus nos permita superar isso o mais rápido possível. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Valter Nagelstein. A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Primeiramente, boa tarde, Presidente Reginaldo Pujol, colegas vereadores e vereadoras; feliz aniversário ao nosso colega Ver. João Bosco Vaz, muitos anos de vida. Parabéns hoje, dia 16 de julho, aos comerciantes, apesar de não termos muito o que felicitar e ficar alegres. É lamentável saber que neste momento de crise, da pandemia da saúde, nós temos também a economia numa crise. Quero cumprimentar todos os dirigentes de comércio, de serviços, da indústria, enfim, que estão aqui hoje representando Porto Alegre.

Tenham a certeza, senhores, de que eu não tenho essa crise ética que alguns tentam inserir na cabeça das pessoas: quem decide pela saúde é contra a economia, quem gosta da economia é contra a saúde – não, eu não tenho esse dilema. Bem como falou o colega Ver. Valter, parece que nós tínhamos combinado, eu tenho muita certeza. Eu não tenho nenhum achismo de que a economia e a saúde não são excludentes uma da outra. A essa altura, em julho que nós estamos, já está bem claro que a pandemia, a Covid-19, não é só uma questão da saúde, pelo seu alcance é, sim, uma questão social, pelos efeitos é uma questão econômica, e por sua consequência pode ser uma crise da segurança pública. É lamentável que a mídia, que parte da imprensa, que os próprios gestores disseminem o pânico e mortes, que são impossíveis de não acontecer, para justificar uma agenda política – isso em nível nacional, estadual e municipal. Até porque sabemos que o trabalho, a renda e o sustento são base para todas as pessoas, não existe um serviço essencial que sobreponha um outro serviço essencial, porque, no meu entendimento, qualquer trabalho que coloque a comida na mesa é essencial! O que nós temos visto, dia após dia, desde março, é que... (Problemas técnicos no som.) ...era março para acontecer o pico, depois era abril, depois foi para maio, e assim por diante, estão dizendo que pode ser agosto e, quem sabe, setembro. E não é novidade para nenhum de nós que sempre as UTIs estiveram lotadas, não é novidade para nenhum de nós que os anúncios nos jornais, nas rádios, na televisão apontavam pessoas nas macas, nos corredores aguardando um leito, e não é diferente hoje. Do ano passado para cá, no mesmo período, nós temos menos 835 mortes, ninguém quer morte aqui, é bom a gente sempre deixar bem claro, porque é um problema quando se fala de economia e de saúde as pessoas acham... Inclusive, apelidaram o nosso projeto de lei de “projeto da morte”. Era um projeto realmente que cuidava da abertura gradual com segurança do comércio. Eu vou dizer aos senhores que o local mais seguro hoje para as pessoas estarem é uma loja, é um *shopping center*, é um local de serviços, de conserto de celular, de *notebook*, enfim, porque ali aquele empresário tem a noção de que, se ele não fizer, se ele não cuidar, se ele não estiver com o aparato necessário, pode ser multado. Então, ali é um local seguro. Onde não está seguro é dentro dos ônibus, que estão hiperlotados, que 16 linhas foram retiradas, que os horários foram reduzidos, não é seguro nas casas mais pobres, mais humildes, onde tem oito, dez pessoas empilhadas e que não podem sair para trabalhar. A Prefeitura disse que está entregando cestas básicas, mas as pessoas precisam muita mais do que isso, precisam pagar aluguel, precisam comprar os seus remédios, precisam pagar água, luz para não serem despejadas, e a gente está vendo muitas famílias desesperadas neste momento. Fecharam, o isolamento foi feito para o gestor se reorganizar, aumentar o número de leitos, aumentar o número de respiradores, reaparelhar os hospitais e deixar de legado para a nossa cidade, para que nunca mais nós escutemos que as UTIs estão lotadas, infelizmente isso nós não vamos ter, não aprendemos isso. E a Câmara de Vereadores, com os seus 36 vereadores, com os mais diversos segmentos, com os mais diversos posicionamentos, estão aqui dizendo, por conta do que nós estamos vendo de Porto Alegre, que nós precisamos retomar, sim, o comércio, nós precisamos retomar a economia, construindo pontes, não precisamos quebrar, ninguém está aqui contra o Marchezan, contra os seus assessores, secretários,

não, nós estamos aqui... Inclusive, nós temos muito mais votos do que o prefeito, nós representamos muito mais a cidade, só que assim como os senhores não estão no Comitê de Crise, infelizmente, eu vou dizer que a Câmara de Vereadores também não está, isso é lamentável. Encerrando, porque já vão os meus cinco minutos, teria muito mais para falar, quero dizer o que já disse o Ver. Ricardo, meu colega, outro dia: a economia é a arte de suprir a vida. Vamos suprir a vida, e contém com esta vereadora para que possamos andar de mãos dadas em Porto Alegre. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver.^a Comandante Nádia. O Ver. Mendes Ribeiro está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MENDES RIBEIRO (DEM): Boa tarde, Presidente Pujol, colegas vereadores, os nossos convidados mais do que especiais: o Paulo Kruse, o Sr. Moacyr, o Henry e o Neco. Diante do que os vereadores que me antecederam já falaram, a gente nem precisaria falar muito, mas é importante a gente colocar o que a gente pensa neste momento difícil que estamos enfrentando. Mais do que nunca, nós estamos atribuídos a decisões políticas, e as decisões políticas precisam ser equilibradas. E no equilíbrio, como bem falou a Ver.^a Nádia, tem que estar, sim, de um lado, a economia e, do outro, a saúde, senão a gente piora e agrava ainda mais as nossas crises. Além da crise sanitária, nós vamos ter a crise social, com o desemprego, nós vamos ter a crise da violência, com a miséria, com a fome. Nós vamos ter também uma crise com aquelas pessoas que pagam impostos, cada vez menos com que estamos enfrentando, e eu não tenho dúvida da falta dos serviços necessários e básicos para a população. Eu sempre digo que a decisão política precisa, sim, ser compartilhada, porque, quando a decisão política não é compartilhada, a chance de errar é muito maior e, quando a gente começa errado, a gente vai até o fim errado; a gente já teve março como foco, abril como foco, maio como foco, junho como foco, julho como foco, agora é agosto o pico da pandemia do coronavírus. Nós sabemos que a doença está aí, a doença não vai passar do dia para a noite. Hoje faz um mês que as atividades, que o faturamento acima de quatro milhões e meio foram fechados, faz quase três semanas que as atividades todas foram fechadas, e os casos continuam aumentando e vão continuar e as pessoas com problemas, quebrando os seus negócios, muitas vezes de gerações, tendo que demitir os seus melhores e mais leais funcionários, e a gente sabe o que isso vai ocasionar. O governo está com muita atitude, mas faltam muito planejamento e coerência, e estes vereadores estão aqui para ajudar, ajudar o Executivo porque é a nossa intenção, é o nosso objetivo, é hora de a gente unir forças, é hora de a gente trabalhar todos juntos em prol da cidade, em prol das pessoas, em prol da população, e a gente não está conseguindo. Então, está ficando cansativo o que nós, vereadores, estamos fazendo, a gente tem dado discurso, a gente tem dado entrevista, a gente está escrevendo artigos, a gente está colocando nas nossas redes sociais. Fizemos um projeto de lei para a reabertura das atividades, um projeto equilibrado, um projeto

com estudo, com embasamento, infelizmente, tivemos o veto mantido da parte da abertura do comércio, mas nós não vamos desistir, nós vamos continuar à disposição daqueles que querem ver um futuro claro, um futuro transparente, um futuro de luz e um futuro propício para que a gente possa dar para os nossos filhos, para os nossos netos. Tenho medo do que vai acontecer ali na frente! Hoje, tem uma notícia no jornal Zero Hora que a França vai ter que voltar o *lockdown* e reviu que a sua estratégia de confinamento total foi errada. Fechar as atividades como um todo é um erro. Agora o governo Leite está fazendo um planejamento, proporção, percentual de abertura das atividades conforme as cores das bandeiras. É isso que temos que ter: planejamento, para que a gente consiga vencer, sim, a crise do coronavírus, mas que a gente possa vencer, sim, a crise econômica da cidade que vai ser muito forte. É muito bonito falar que defende a vida, nós todos defendemos a vida, eu defendo a vida, mais de 50% dos meus projetos, a minha atuação na Câmara é relacionada à saúde porque entendo que a saúde é um princípio fundamental e elas precisam e merecem ter acesso, mas hoje o que nós estamos vendo é um problema seriíssimo sanitário, econômico, social, e nós vamos pagar esse preço, espero que não seja tarde, que a gente reveja essa posição política que a Prefeitura está fazendo. Aqui está um parceiro do Prefeitura, um parceiro que sempre quis ajudar, desde o começo da gestão, e vou continuar ajudando porque tenho compromisso com a cidade, tenho compromisso com as pessoas, tenho compromisso com os meus eleitores, tenho compromisso com os meus colegas vereadores de ver uma Porto Alegre para frente. Que bom que estamos falando sobre isso hoje com entidades representativas do comércio, do varejo, hotelaria, aqueles que temos que valorizar porque são os geradores de renda, os geradores de emprego, e são os que fazem a economia do nosso Município girar e dar condições e oportunidades para que as pessoas tenham serviço necessário, básico e eficiente. Era isso, colegas vereadores, Presidente, convidados, eu me coloco à disposição dos senhores para ajudar, para trabalhar. Contem comigo e com meu esforço para que a gente consiga sair dessa pandemia com o menor impacto possível nas nossas decisões políticas. Forte abraço.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Minha saudação muito especial ao Moacyr Schukster, ao Paulo Kruse, ao Henry Chmelnitsky e ao Nilton Neco, que conosco fazem esse importante debate. Nós, desde o início desta pandemia, dizíamos que é necessário formar um comitê de crise entre a Prefeitura, a Câmara e a sociedade civil. A sociedade civil com suas entidades, especialmente as empresariais e laborais e outras entidades em geral. Nós ouvimos falar de um comitê de crise em Porto Alegre que, na verdade, não tem um comitê de crise na Prefeitura. Isso é uma ficção, uma mentira, é uma barbaridade que se tenta passar para as pessoas, as decisões são autoritárias, de cima para baixo, por decreto. A Câmara nunca votou essencialidades,

votou outros projetos que ninguém esconde a posição do que votou ou deixou de votar. Nós dizíamos que é preciso uma higienização dos espaços públicos porque no exterior já estava sendo feito, não simplesmente determinar o puro e simples fechamento de locais. Os que ficaram abertos, nós dissemos por documentos, e está registrado, que o grande problema eram as áreas de acúmulo de pessoas, como os parques e praças. Isso está provado, mais do que nunca, que foi um erro grosseiro, e o prefeito continua errando porque fecha a orla e deixa aberto outros espaços com nenhuma fiscalização. Se fecha o Mercado Público, que tem areação, não tem ar-condicionado, tem quatro entradas e se fazia medição de temperatura, havia controle do número de pessoas que entrava, o prefeito fechou o Mercado Público e deixou supermercados abertos sem nenhum controle. Muitos desses mercados demoraram para dar EPIs aos seus funcionários. É o momento em que todos nós deveríamos fazer uma autocrítica, o prefeito e sua equipe, nós sabemos que não fará porque é de uma pequenez atroz. O prefeito chegou a mudar a sua publicidade sobre propaganda gastando dinheiro do fundo municipal de saúde, e eu gostaria de saber por que tantas pessoas que estão vivendo esse drama não levantaram a voz, nós levantamos. Eu disse que o prefeito não era Luiz XIV e dizer que o “rei sou eu”. Ele acha que é rei, mas não passa de uma personagem das viagens de Gulliver, um Liliput da política, é isso que está acontecendo. Os senhores - eu li todos os *sites*, fiz um estudo para dar uma aula numa universidade sobre a questão da pandemia, o Parlamento e as entidades -, fizeram comitê de crise, CDL eu me lembro; Sindilojas fez um gabinete de crise, outros fizeram reuniões e tomaram decisões. Agora, nós deveríamos ter juntado tudo e todos porque o prefeito não é dono da cidade, ele não pode colocar esta cidade nesse pandemônio que tem colocado, abre e fecha, uns podem e outros não podem, uma pequena loja que entra uma pessoa, se usasse álcool em gel e fizesse controle com máscaras, não teríamos o problema que tem. Eu disse: o senhor deixa as pessoas venderem frutas jogadas ao chão, sem máscara, sem nada; é a crise! Sim, a crise que o senhor criou, ajudou a criar, o senhor não fiscaliza a informalidade e os locais que poderiam ter esse controle sanitário estão fechados. Portanto, essa política do oito ou oitenta, esse zigue-zague de uma semana para outra do prefeito é responsável por essa questão. Os senhores dirigem importantes instituições, não podem se calar porque nós temos, como disse há pouco o Janta, com números claros, que confirmo, é um desemprego que está vindo. Nós dizíamos resolvam o problema do Hospital Parque Belém! Mas por questões políticas isso não foi feito, e o hospital está lá jogado às traças, assim como poderíamos ter utilizado outros espaços. Como é o caso agora, conversei, hoje pela manhã, com o Dr. Thiago, do Hospital Beneficência Portuguesa, entre outros locais. Ou seja, o prefeito ajudou a criar o caos, e nós podemos estar na iminência de *lockdown* total e absoluto. Nós dizíamos façam um comitê de crise metropolitano, junta o prefeito, junta a associação dos prefeitos da Região Metropolitana porque não adianta fazer uma política de fechamento em Porto Alegre, como dizia um colega há pouco, e o *shopping center* de Cachoeirinha funcionava. Ou seja, a Argentina fez um loteamento entre as províncias, tomou decisões, teve um número muito pequeno de mortes e está controlando a pandemia. Aqui não. Ou é oito ou oitenta, é jogar para a torcida, é para

ganhar a imprensa comprando com propaganda. Termino aqui. Estou à disposição, não escondi nunca a minha posição, dias atrás, questionei um *card* cretino que foi feito, inclusive por uma pessoa de dentro da Câmara Municipal, espalhando para vocês dizendo que nós tínhamos votado projetos essenciais; é mentira. *Fake news* é crime, é mentira. Eu voto e eu espelho o que eu voto. Eu não me escondo, eu não me rendo, eu não me vendo. Parabéns por esse debate, mais uma vez, Moacyr Schukster, Paulo Kruse, Henry Chmelnitsky, Nilton Souza Neco. Nós, da Câmara de Vereadores, estamos vigilantes, não vamos nos entregar diante desta política de zigue-zague do prefeito municipal de Porto Alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Adeli Sell. O Ver. Engº Comassetto está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Boa tarde aos nossos convidados já aqui nominados. Quero cumprimentar o Presidente e todos os colegas vereadores e vereadoras. Nós estamos, neste momento, querendo acertar o conteúdo, mas eu queria falar um pouco, já que esta aqui é a Casa política, Ver. Cláudio Janta, você que organizou os convites hoje, é uma casa política, e nós temos responsabilidades políticas perante a cidade. O prefeito que aí está, que foi escolhido pela maioria desta cidade, nunca escondeu a sua postura autoritária, a sua postura imperial. Bom, se engane quem quiser se enganar. Portanto, o problema aqui está na essência de querer governar o Município sozinho e achar que pode realizar todas as medidas de uma sociedade que é plural, de uma sociedade que é diversa, que precisa de diálogo. E o que está em debate, neste momento, como disse o Henry ali no início da sua fala, esperamos que após essa pandemia, a gente não saia dela no mesmo nível que entramos. Nós temos que sair melhores dessa pandemia. E para sairmos melhor, nós precisamos dialogar muito. E aqui ontem ainda ouvi do único vereador do partido do prefeito: “Vamos acabar com a ditadura dos conselhos”.

Para que serve um parlamento em que somos os conselheiros municipais eleitos, se não é para aconselhar, se não é para dialogar, se não é para transmitir a opinião? Aqui ouvi atentamente a fala dos representantes das entidades produtivas da cidade de Porto Alegre e quero dizer com muita clareza que nem nós, os vereadores, estamos sendo ouvidos. E aqui tem a situação e a oposição, e para isso existe a democracia. E quando existe a democracia, nós precisamos ouvir todos os lados. E num momento com pandemia, que é um momento ímpar no nosso período da humanidade, nós precisamos ajudar a construir uma saída superior a isso. E aqui não tem essa dicotomia que alguns tentam vender, a vida ou a economia. Não existe vida sem economia e não existe economia sem vida. É claro que todos nós aqui somos defensores e queremos preservar as vidas, mas como é que nós vamos construir um processo como esse, inclusive inovando? Vejam só, ontem pela manhã, enviei um mapa para os colegas vereadores, quando saiu cedo lá na GloboNews, dizendo que o Rio Grande do Sul e o

Paraná eram os dois Estados que estavam tendo um aumento de cem por cento das incidências. Bom, nós estamos tendo esse aumento de cem por cento já agora há 70, 80 dias depois que os outros tiveram. Portanto nós não estamos nem levando em consideração as dificuldades que os outros passaram para podermos acertar agora. E aqui não tem saída, se nós não tivermos uma nova estruturação e metodologia da sociedade. Então, o primeiro passo que nós precisamos pactuar aqui, vereadores junto com a sociedade civil da cidade de Porto Alegre, é constituir o diálogo. Se não tiver esse comitê de diálogo, inclusive tem projetos de lei de vários vereadores e vereadoras propondo constituir esse comitê permanente do diálogo e acertando isso. Não pode ter uns melhores que outros. O Marchezan, o prefeito da cidade de Porto Alegre, inclusive categorizou o vírus. “Olha, eu ajudo a construir os projetos habitacionais do Minha Casa, Minha Vida, são vários canteiros que tem em Porto Alegre.” Agora, as obras públicas podem construir, os trabalhadores podem estar lá. Então o vírus é carimbado para não entrar nas obras públicas e nas obras privadas ele tem o cartão verde que pode entrar. Mas onde está isso? Nós precisamos encontrar um entendimento em conjunto para fazer isso. Bom, eu poderia falar muito mais aqui, mas eu quero dizer que o problema, neste momento, para nós, está no método, e o método é uma questão da postura. Eu quero dizer que já ouvi de vários colegas de se sentirem, até neste momento, insuficientes diante do problema, porque o que nós mais fazemos é trazer opiniões, trazer propostas, trazer diretrizes, propor algo para a cidade, que é conversar. Bom, se nós não conseguimos conversar com o líder maior, que é o prefeito, governador e assim por diante, eu não quero nem falar aqui dos maus exemplos que o Presidente da República implantou e disseminou para todo o País, desinformando a população. Então, Presidente Pujol, nós temos muito que corrigir. Creio que, se nós pudéssemos sair daqui hoje pactuando, vamos bater neste tema de constituir o comitê permanente para criar as inovações, seja rever os ares-condicionados, seja rever o transporte público. Aqui estão os hotéis da cidade, hoje dizem que começam a testagem nos hospitais e nas famílias contaminadas, isso era para ter começado há 90 dias. Por que não se utilizam os hotéis em convênio com a saúde, em convênio com o setor hoteleiro para hospedar os trabalhadores da saúde, para não contaminar as suas famílias, verificar aqueles que estão em área de risco? Outras cidades fizeram isso. Por que nós nem sequer discutimos esse exemplo? Eu estou citando um item aqui. Bom, então, está no método. Nós temos que ter força política para dizer para o prefeito: basta dessa sua postura unitária. Até porque é o seguinte, quem faz sozinho é muito mais fácil de errar; quem faz junto, quem ouve coletivamente, é muito mais difícil de errar. Não estou dizendo que nós vamos acertar tudo, mas é mais difícil, até porque um aqui puxa a orelha do outro, puxa e vamos lá, e a maioria acaba sobressaindo. Então eu acho que é isso, eu sou minoria nesse processo aqui, mas quero ter opinião, Janta, quero ter aqui a possibilidade de dizer o que vem. E eu quero concluir minha fala já deixando um requerimento para que possa ser encaminhado na sequência. Foi aprovada, no Congresso Nacional, a Lei Aldir Blanc, que destinou recurso para todos os trabalhadores da cultura e das artes, e aqui em Porto Alegre nós temos 50 mil pessoas dos bares que tocam, isso e aquilo, e tem R\$ 9 milhões destinados para Porto Alegre. E até agora a Prefeitura não disse como vai ser

feito isso, como serão os critérios. Então eu queria deixar um requerimento aqui, encaminhar ao prefeito para convidarmos ou convocarmos o secretário da Cultura para imediatamente vir aqui expor como vamos utilizar esses recursos federais que já chegaram, mas que não têm critérios e não têm regras para serem distribuídos aos trabalhadores das artes e da cultura de Porto Alegre. Então, um grande abraço aos nossos convidados. Estamos à disposição, já falou o nosso líder aqui, o Ver. Adeli Sell, mas o nosso Partido dos Trabalhadores quer dialogar. E se tem algo que nós fizemos, em 16 anos nesta cidade, foi dialogar muito e tudo o que nós construímos era coletivo; tudo que era decidido era executado, e o resultado é que até hoje tem as marcas positivas da nossa administração na cidade de Porto Alegre. Um grande abraço e muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Engº Comassetto. Quanto ao seu requerimento, está registrado e certamente o Sr. Presidente, que nos acompanha nesta sessão, dará a atenção que merece.

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, colegas, Presidente, nossos convidados, eu ouvi atentamente todas as falas e o sentimento é igual ao dos que falaram, é de incompreensão, é de indignação com tudo o que está acontecendo em Porto Alegre e muitas coisas poderiam ter sido feitas e previstas para evitar essa consequência tão forte na economia. O estrago é enorme e poderia não ter sido. A melhoria do sistema de saúde, o aparelhamento dos hospitais, a construção de hospitais de campanha, a recuperação dos hospitais que estão fechados, a compra massiva de teste e EPIs, mas o prefeito Marchezan fez uso do Fundo Municipal de Saúde, retirou quase R\$ 3 milhões daquela verba específica, que era para o combate à pandemia, para a publicidade, e não explica através de pedidos de informações de vários vereadores. Eu sou uma que tenho vários pedidos de informações até hoje não respondidos: o que é feito com os R\$ 64 milhões que Porto Alegre recebeu do Ministério da Saúde; R\$ 10 milhões da Câmara Municipal, para ajudar no combate à pandemia. Eu sei também que a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Justiça se envolveram, de uma maneira ou de outra, com valores, para ajudar no combate ao Coronavírus, e nós não sabemos onde esse dinheiro foi aplicado. Ele não comprou respiradores e não preparou o aumento de leitos para suportar o crescimento da demanda que seria previsível, mesmo com o confinamento, foi assim no mundo inteiro. Tivemos total condição de antever o que viria. O prefeito chegou a justificar que faltavam médicos, por isso ele não fez novos leitos, mas aí o Presidente do Simers garante que não faltaram médicos. Então, ele fecha o comércio achando que o problema está ali, enquanto despreza o que está acontecendo no transporte público. Todos nós, vereadores, falamos; eu fui uma vereadora que, com muita veemência, falei no problema do transporte público, pois o problema estava nos ônibus lotados, onde estavam as maiores aglomerações, não no comércio. Ele reduziu

linhas, horários, veículos e as pessoas ficavam próximas. Superlotação, aglomeração pela retirada dessas linhas e horários que eram espaçados, aliás, passaram a ser espaçados, contribuindo para mais contaminações. E, na sequência disso tudo, decreto atrás de decreto do prefeito que nunca dialogou com vereadores, a não ser com a base, com a turma do rei. Eu quero dizer aqui para os senhores dirigentes que nós, vereadores, e me incluo nesse processo, no dia 13 de junho, num sábado, eu mais 16 vereadores, preocupados com o novo decreto de fechamento do comércio em Porto Alegre, solicitamos uma reunião urgente com o prefeito Marchezan, mas ele não quis nos receber. Em função desse descaso, o Ver. João Carlos Nedel pediu à Mesa Diretora da Câmara que se reunisse para debater e decidir uma ação. Tudo é feito assim, é na briga, é no descaso. E mais, senhores e senhoras, quando um vereador ou uma vereadora, como eu, coloca um projeto, toma alguma atitude, fala ou discute, é chamado pelo líder do governo de demagogo, de oportunista, de raivoso. Então, a situação que nós estamos vivendo em Porto Alegre é muito complicada, e nós sabemos muito bem, inclusive um vereador que me antecedeu comentou a matéria da Zero Hora de hoje. Eu vou ler o título dela, eu iria falar sobre isso também: “França reprisa estratégia de confinamento total”. Porque hoje estão vendo que não está provado. E aí? Enquanto isso nós vamos quebrar Porto Alegre? Eu aproveito a oportunidade aqui e recomendo que todos os meus colegas e os senhores dirigentes dos setores do comércio, da economia da nossa Capital entrem no portal da transparência e vejam ali os óbitos no Rio Grande do Sul. Vejam que nós temos um quadro ali de janeiro, fevereiro, março, abril, maio, junho e julho comparando aos anos de 2018, 2019 e 2020. Vocês, com seus próprios olhos, vão constatar o que eu estou dizendo aqui. Nós estamos no inverno, isso tudo era previsível. Frente a uma pandemia, não houve nenhum preparo, não houve nenhum preparo frente a essa situação; pelo contrário, o comércio não podia ter fechado novamente. Se o comércio vende, a indústria fabrica; o micro e o pequeno empresários, com varejo aberto. Na construção civil são 27 mil trabalhadores com carteira assinada em Porto Alegre e estão parados, mas o vírus do prefeito é seletivo, porque ele ataca empresas conforme o seu faturamento. Ele não ataca hipermercados, porque, na segunda-feira, eu me dei o trabalho de ir a um hipermercado e perguntei, para a mocinha que faz o controle das pessoas, quantas pessoas poderiam entrar no hipermercado, e ela me disse que eram 800. Os senhores imaginam que numa loja de carros importados terá 800 pessoas? Ou num armário, ou numa loja – como bem disse o Paulo Kruse – que comprou mercadoria de inverno e precisa vender, porque a estação vai virar, e ela vai fazer o que com aquela mercadoria? Entram 800 pessoas? É claro que não! Então, nós sabemos muito bem que esse vírus é seletivo porque ataca a construção civil, mas não ataca a construção pública, porque na orla nós tivemos gente trabalhando; na Antônio de Carvalho também e em outras que eu tenho fotografias. Mas é muito preocupante, e é até subestimar a inteligência das pessoas com esse fecha e abre e quantidade de decretos, para não dizer uma barbaridade. Proibir as pessoas de estacionarem na área azul, em espaços públicos! Mas o que que é isso? Lacrar máquinas! Eu vi, quando fui visitar a minha filha que mora em frente ao Parque Germânia, tinha um carro de fiscalização, tirando, mandando as pessoas saírem dos locais. Mas onde já se viu isso? É

uma vergonha o que Porto Alegre está vivendo, eu nunca vi uma ditadura igual. O prefeito e os líderes do governo – sua base – acham, com esse discurso raivoso, que tem o escritório do ódio que quem não concorda, quem critica, quem faz projetos é demagogo, é oportunista, é raivoso. É muito triste o que nós estamos vivendo nesses tempos. Eu lamento profundamente, e nós sabemos que as pessoas não estão convencidas de que é acertado manter fechado em caso de pessoas não incluídas na faixa de risco e que poderiam estar produzindo pertences essenciais a toda a população. São poucos moradores de comunidades de baixa renda que permanecem ociosos, muitas vezes com mais de uma família ocupando o mesmo barraco, sem a mínima infraestrutura em termos de saneamento básico! Realmente é fantástico, é trágico, mas saibam os senhores dirigentes que nós, vereadores desta Casa – a grande maioria, eu digo – estamos muito preocupados e cumprindo na íntegra o juramento quando assumimos como vereadores e vereadoras que é atender às necessidades da população. E nós sabemos muito bem que é necessário trabalhar. Diarista, que trabalha para colocar comida em casa à noite, está passando fome. A violência, o crime, tudo isso virá de uma forma desenfreada. Então, desde o início, eu defendo o retorno gradual da atividade. Nós temos que ter um indicador de retorno, nós temos que ter um projeto, um plano. Esses decretos na calada da madrugada, geralmente no domingo à noite, são inacreditáveis, são surreais. Nós sabemos também que, quando se decreta um estado de calamidade, os governos estão liberados de fazer licitações, e isso tem que ser muito bem pensado, revisto. Essa questão da verba para publicidade que foi retirada do fundo de saúde municipal já está no Ministério Público e no Tribunal de Contas do Estado, que mandou suspender imediatamente a publicidade, isso é um indicativo que nos preocupa. Se fosse algo tão normal, não seria suspenso. Vamos aguardar o resto que vem por aí, mas o que eu quero dizer aos senhores é que nós, vereadores, independentemente das siglas partidárias, das ideologias políticas, estamos muito preocupados, e cada um faz a sua parte, tentando ajudar, na sua grande maioria. E muitos, quando se expressam, eu digo por mim, são ferozmente atacados pelo governo, pelos membros do governo. E quero dizer que, como filha de bom soldado, eu não bato em retirada por ataques desse tipo, então, contem conosco. Tudo o que pudermos fazer, principalmente cobrar do governo uma atitude, porque até agora a sociedade fez muito, mas esse governo sequer mexeu ou fez alguma isenção fiscal ou alguma prorrogação de cobrança de impostos, muito pelo contrário, eu soube, na semana passada, que as pessoas que estão com dificuldades em pagar os seus IPTUs estão sendo colocadas em cartório. Obrigada, diretor, com a sua presença, já vi que o meu tempo se esgotou.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver.^a Mônica. O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o Presidente da Casa, Ver. Reginaldo Pujol; colegas vereadoras e vereadores, público que acompanha a nossa

sessão, convidados desta tarde – Srs. Paulo, Nilton, Moacyr e Henry. Eu estava ouvindo atentamente a exposição dos nossos convidados, me parece claro que não há discordância do que nós apresentamos até então nesse período de pandemia. O que existe, sim, é uma cobrança da Câmara, do empresariado e da comunidade científica para que o governo apresente para a sociedade um plano claro e preciso de contenção do coronavírus. O Brasil não tem esse plano, o Governo Federal não tem esse plano nem ministro da saúde, muito menos o Governo do Estado com suas bandeiras coloridas, nem mesmo o prefeito municipal de Porto Alegre, ao contrário do que preconiza a Organização Mundial da Saúde, a qual estamos defendendo e que não é contrária ao que os empresários, que hoje estão aqui, estão falando. Ou eles são contra as precauções? Claro que não. Mas se nós observarmos algumas atitudes tomadas lá fora, a China, por exemplo, foi a primeira que, diante dessas precauções, apresentou um plano de proteção econômica. Logo em seguida, a Alemanha chegou a dar € 1.500 para cada cidadão que ficasse em casa, acompanhados de uma política de microcrédito para o pequeno. Alguém falou aqui isso? Qual foi o plano de combate ao coronavírus que o Marchezan teve para a cidade de Porto Alegre? Qual foi o plano de microcrédito para aquele que está quebrando ou já quebrou poder retornar pós -pandemia? Se alguém sabe, então fala para nós, porque nós não sabemos. Em duas ocasiões que o prefeito esteve aqui na Casa, falou de uma série de medidas que estava tomando, mas muitas não muito claras e precisas. Aqui eu quero trazer essa questão para os senhores e senhoras. Os senhores sabem quantos leitos de UTI o Marchezan ofereceu, no início, para o combate à pandemia, mais precisamente para aquele cidadão que precisa de uma UTI? Cento e setenta e quatro leitos para uma população de 1,4 milhão de pessoas; ele tinha que apresentar, no mínimo, 400 leitos. Ele não disponibilizou, não fez hospital de campanha nem contratualizou na rede privada. No mês passado, quando ele esteve aqui, já estava colapsando, porque já estavam em duzentos e poucos leitos ocupados numa oferta de 174. Ele disse para nós que, se necessário, iria contratualizar na rede privada. Como ele vai fazer isso, se ele não diz para nós quantos porto-alegrenses estão ocupando leitos de UTI? Alguém sabe esses dados? Quantos porto-alegrenses estão ocupando leitos de UTI, se o GHC, o Hospital Conceição, o Hospital de Clínicas são hospitais federais, portanto são universais e têm que atender pacientes de todo o Estado. De ontem para hoje, colapsou o Hospital Conceição, com mais de 60% de leitos ocupados por pessoas que têm esse direito e que não são de Porto Alegre. Qual é o número de leitos que o prefeito Marchezan está oferecendo para a cidade de Porto Alegre? Alguém sabe? Nem a Câmara sabe. Eu não sei se ele sabe. O que preconiza a Organização Mundial da Saúde? Flexibilização acompanhada de um plano de combate ao coronavírus. Qual é o plano do Marchezan? Alguém está falando alguma coisa contrária? Não, mas tem um vereador que tem um discurso que diz que tem vereadores que não são favoráveis à flexibilização. Se nós sabemos que a economia anda junto; claro, tem vereadores que defendem a vida, como eu e tantos outros, e um plano de combate ao coronavírus. Qual foi a testagem que o prefeito Marchezan fez ou está fazendo em Porto Alegre? Os senhores empresários sabem? Ele comprou 118 mil testes. Sabem quantos ele testou em Porto Alegre? Não chegou a 10 mil ainda. Agora, de

ontem para hoje, ele está dizendo que vai ampliar os testes para familiares dos que tiveram o coronavírus. Por favor, Marchezan, apresse o passo, apresente um plano de combate ao coronavírus, acompanhado de uma proteção econômica, para poder atender ao empresariado, mas também à comunidade científica que diz que é fundamental ter a testagem em massa, coisa que ele não fez. Ele não ofereceu, nem mesmo no início da pandemia, os EPIs para os próprios servidores públicos. Se ele não recebe os senhores para dialogar, para fazer uma ação conjunta, e eu tenho certeza de que os senhores fariam, por exemplo, a testagem dos seus servidores, dos seus funcionários. É uma questão óbvia, pois o pequeno atende um de cada vez, com todas as precauções; não é como acontece nos grandes supermercados, nas farmácias que agora estão fazendo. Então, nós não estamos falando coisas diferentes, estamos falando as mesmas coisas. Sr. Presidente, gostaria de fazer aqui uma sugestão. Acho que é de extrema importância. Eu percebi que, através do diálogo - coisa que o prefeito não faz, não gosta -, a Câmara deveria criar um grupo de trabalho, um GT, para que se ouça, a cada quinta-feira, um segmento da sociedade. Nós estamos ouvindo, hoje, o empresariado, pequenos e médios, mas empresariado. Por sua vez, poderíamos estar com os hotéis ocupados, sendo leitos de enfermaria, quando precisam fazer isolamento daqueles que contraíram o vírus e que poderiam utilizar esses leitos. O prefeito não tem um plano, nós temos que instigar, provocar, dizer para ele que, se ele continuar assim, vai além do final do ano, ele vai muito além do final do ano. Parece que, agora, pode colapsar, pode chegar ao famoso *lockdown* nos próximos dias, porque não se tem um plano de testagem. E os leitos aqui em Porto Alegre têm sido ocupados por todo o Rio Grande do Sul. Ele tem que apresentar para o seu Município, onde ele é gestor, porque o Estado transferiu essa responsabilidade para os municípios. Nesse sentido, quero dizer, nobre Presidente Pujol, que todas as quintas-feiras, o GT da Câmara tem que fazer diferente do que faz o prefeito: ouvir a sociedade. Numa quinta-feira, ouvimos o empresariado, na outra quinta-feira ouvimos a comunidade científica, noutra o Conselho Municipal de Saúde, os conselhos, a UFRGS e outras entidades representativas para poder, em conjunto, fazer algo que possa ser abraçado pela sociedade. Não dá para imaginar que nós estamos protegendo alguns e desprotegendo outros, dizendo, enfim, que a vida não tem sua importância. É óbvio, se não existe a vida, não existe comércio; se não existe comércio, não existe a possibilidade de o cidadão ter o seu emprego. Então, estamos falando a mesma coisa, esse debate tem que continuar em tempos de pandemia. Para que os senhores empresários saibam, nas quintas-feiras, não tem votação, tem esse debate profícuo e importante. Como nós não podemos fazer presencialmente, acho que é muito salutar que a gente ouça todos os segmentos sociais, inclusive o governo. Que o governo venha para o debate, respeite o Parlamento, respeite a Câmara e dialogue, através da Câmara, com a sociedade algo importante para a vida dos cidadãos e cidadãs do nosso querido Município, a Porto Alegre que escolhemos para viver e morar. Um grande abraço. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR JOÃO CARLOS NEDEL (PP): Quero, inicialmente, cumprimentar os dois aniversariantes de hoje: o nosso Ver. João Bosco Vaz e o nosso vice-prefeito Gustavo Paim. Gostaria de, especialmente, cumprimentar os nossos convidados especiais - são especiais mesmos, porque lutam pela vida de ... (Problemas técnicos no som.) ... pela contribuição de impostos e empregos que giram a economia da nossa cidade, que são o Nilton Souza Neco, Moacyr Schukster, Paulo Kruse e o Henry Chmelnitsky. Senhores, a crise gerada pela Covid é muito grande, por isso que é chamada de pandemia. Ela poderia ser muito melhor administrada se houvesse maior diálogo entre as várias forças da sociedade, inclusive as da área pública. Já nem quero falar do diálogo com as atividades produtivas e empresariais, quero me dedicar somente à falta de diálogo entre o Poder Legislativo e o Poder Executivo. É triste, a Câmara poderia ajudar muito, porque tem a sua Presidência, a sua Mesa Diretora, seis comissões temáticas, comitê de crise, colégio de líderes, comissões especiais e várias frentes parlamentares. Isso poderia ajudar muito na administração dessa crise, dessa pandemia. Mas não, não somos chamados, não fomos ouvidos, quando nós pedimos reunião não fomos atendidos. Aí o prefeito veio aqui e ditou cátedra, pouco ouviu, inclusive se recusou a responder a algumas perguntas, não há diálogo assim. E ainda assim, além da falta de diálogo na crise, há falta de diálogo com os projetos que ele manda para esta Casa. Esses projetos vêm totalmente quadrados, fora da sua dimensão adequada, e, para arredondá-los, houve, por exemplo, um projeto que precisou de 28 emendas dos senhores vereadores para que o projeto fosse transformado num projeto plausível. Isso, meus senhores, é muito triste.

A população elegeu duas pessoas para cuidarem do Executivo, o prefeito e o vice-prefeito. E agora o prefeito afastou o seu companheiro de chapa, o vice-prefeito. É lamentável. Mas ele tem que se lembrar que ele foi eleito por aproximadamente 50%, 55% dos eleitores. E nós, os 36 vereadores, fomos eleitos por 100% dos eleitores, então nós representamos a comunidade integralmente; o prefeito representa... (Problemas técnicos no som.) ...É triste, é lamentável. E encerro aqui dizendo que hoje é o dia de Nossa Senhora do Carmo, portanto, senhoras e senhores, rezemos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. João Carlos Nedel. O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos. Uma saudação ao Presidente Pujol. Queria também registrar os meus cumprimentos ao aniversariante Ver. Bosco. Já se manifestaram os vereadores Mauro e Bosco, em nome da nossa bancada, quero saudar também os nossos convidados, o Henry, o Neco, quero

muito especialmente saudar o Paulo Kruse – às vezes temos conversado pelo telefone – e também o Moacyr, que é meu parceiro do mercado imobiliário.

Quero também trazer alguns elementos para o debate, e escutei atentamente a todas as intervenções feitas aqui, estou acompanhando a manifestação praticamente unânime do Legislativo contestando, infelizmente, a postura do Executivo frente às medidas de prevenção, planejamento e estratégia de contenção da doença em Porto Alegre, o que preocupa a todos nós.

Hoje, no jornal Correio do Povo tem uma matéria que diz que 50% das academias vão fechar. Nós tivemos uma *live* nesta semana com o pessoal de eventos, também aqui na Câmara, representando mais ou menos 400 empresas, através do Muñoz, que é Presidente do Conselho Regional dos Profissionais de Relações Públicas e o pessoal também está apavorado. Até dei o exemplo de uma reunião que tivemos no Conselho dos Corretores de Imóveis, que apesar de estar licenciado da presidência, ainda como conselheiro eu participei, e, lá pelas tantas a Guarda Municipal, por uma denúncia, bateu lá na reunião. Tinham dito que havia mais de 30 pessoas na reunião; ainda bem que o conselho é composto por 27 conselheiros, então, foi constatado que não havia lá mais de 30 pessoas e não terminaram com a reunião. Também existe esse clima de denunciismo, e eu acho que nós precisamos tirar um pouquinho da grenalização desse debate, não dá para ser assim: a favor da saúde ou a favor do emprego. Eu acho que é inconcebível poder imaginar que algum vereador é contra a saúde ou contra o emprego. Nós, do Legislativo, queremos que a cidade ande bem, que as coisas aconteçam, que os setores da economia se desenvolvam, que as pessoas tenham oportunidade de emprego, mas que as pessoas também tenham saúde. É claro que cada um tem o seu ramo de atuação e a gente fica meio que sem saber, muita gente não sabe bem o que fazer. Ainda bem que as pesquisas relacionadas às vacinas, ao que parece, estão indo bem – essa vacina de Oxford aí parece que está inclusive dando uma imunidade dupla, trazendo um retorno bem positivo, o que nos conforta um pouco.

Eu também fiz uma *live* – e vi o Janta trazendo alguns dados sobre a questão do desemprego no comércio – com o pessoal da Ocergs/Sescoop, do cooperativismo, e a informação que a gente tem é de que 190 mil gaúchos estão desempregados por conta desse período de 120 dias da pandemia. A Câmara Municipal, já na arrancada, quero cumprimentar o Ver. Pujol, se propôs a doar R\$ 10 milhões para auxiliar na questão da pandemia. A nossa expectativa, e vejo aqui uma indignação forte na fala da Ver.^a Mônica, do Ver. Nedel e de outros que me antecederam, quanto à transparência dos investimentos, daquilo que deveria estar sendo destinado a ampliar o número de leitos, acho que foi o Ver. Valter que falou que se tivessem aumentado em 150 leitos de UTI, talvez hoje nós não estivéssemos na condição em que estamos, e quando se avizinha, digamos assim, essa necessidade de um médico ter que escolher qual paciente vai usar o respirador e qual não vai usar, acende uma luz vermelha e uma preocupação em todos nós. Então, eu quero dizer que eu já tive pessoas próximas que morreram, tive pessoas conhecidas, até um irmão de loja que veio a óbito; lá no próprio conselho já temos alguns colegas com IgG positivo, que são os que pegaram a Covid e hoje estão

imunizados, a gente até brinca que são os *highlander*, são os imortais, mas alguns sucumbiram.

Estão aqui o Ver. José Freitas e o Ver. Alvoní Medina, que são dois vereadores que trabalham fortemente a questão do idoso, e sabe-se que 40% dos casos de óbito pela Covid no mundo estão nos asilos, nas casas de acolhimento a idosos. Para vocês terem uma ideia, a gente faz um trabalho de Rotary; nós fizemos uma testagem em todos os funcionários e residentes da Spaan – vocês sabem que a Spaan é uma obra de Rotary, fundada por rotarianos, administrada pelos rotarianos – e quatro pessoas testaram positivo. Imaginem quatro pessoas dentro da Spaan testaram positivo para coronavírus, todos assintomáticos. Ainda bem que se fez o teste em todos e foram separadas essas quatro pessoas. Imaginem isso no meio de 150 idosos, daqui a pouco, quando se percebe, acontece uma catástrofe ali, até porque a informação que se tem, comprovada por dados científicos, é de que os mais idosos são os que mais estão vindo a óbito.

Só para trazer também aqui para o debate algumas informações interessantes que surgem ao longo das conversas que temos tido com a sociedade civil organizada, a gente vem constatando qual é o sentimento das pessoas. O Colégio Anchieta, por exemplo, fez uma pesquisa com 2.071 pais que responderam à pesquisa questionando se as autoridades permitissem a volta às aulas, quantas dessas famílias colocariam seus filhos de volta nos bancos escolares. E 1.472 pais responderam que “sim”, quer dizer que 70% das pessoas, se as autoridades entendessem que dá para voltar a estudar, pessoas jovens e saudáveis, mandariam seus filhos de volta aos bancos das escolas.

Eu tenho recebido apelos do pessoal da... (Problemas técnicos no som.) ...inclusive via conselho, eu me licenciei no final de maio, ainda em abril e maio, até pelas imobiliárias não terem quase movimento e os atendimentos serem individuais, sem aglomeração, nós entramos na justiça para tentar garantir a reabertura das imobiliárias, perdemos em primeira e segunda instâncias. E aí, quando a gente vai para a justiça e não consegue avançar é porque realmente sai um pouco do controle. Também tenho amigos donos de restaurantes, os restaurantes fechados, as pessoas têm mandado mensagens todos os dias, donos de loja de comércio de roupas, enfim, é uma realidade muito difícil, Paulo, vocês que estão aí na linha de frente, o Moacyr também, vocês sabem da nossa preocupação, realmente a gente está aqui para debater, para construir, para auxiliar no que for possível, mas é necessário que se tenha uma interlocução, um diálogo franco, a possibilidade de uma participação com voz também e a contribuição do Legislativo de uma maneira mais propositiva. O diálogo está muito difícil, a gente se preocupa muito com essa questão toda e nós estamos à disposição para contribuir.

A gente percebe tudo que está acontecendo, alguns outros índices nos preocupam bastante, aqueles que não podem ser divulgados, das pessoas que acabam, na incompreensão, cometendo atrocidades contra si mesmos, então eu acho que é a hora de nós baixarmos um pouco a guarda e tentarmos soluções. Acho que o Ver. Comassetto bem falou que, às vezes, de maneira coletiva, a chance é até maior do que na individualidade, o que está se comprovando aí, e estamos indo por um caminho

muito difícil e a necessidade de ações mais duras está se avizinando, porque aquilo que talvez tivesse que ter sido feito não foi feito e aí, então, essa perspectiva de *lockdown*, que piora e agrava ainda mais toda essa situação. Não acredito que nenhum vereador, em sã consciência, possa ser favorável a quebrar e a fechar empresas – ninguém quer isso. Não há que se falar aqui em nível de enfrentamento político ou de gernalização sobre esse debate de quem é a favor da saúde e quem é a favor do emprego; todos nós somos a favor da saúde e a favor do emprego, mas nós queremos ver as coisas acontecendo para trazermos uma resposta à população. A Câmara se mobiliza, disponibiliza R\$ 10 milhões – acho que foi o Ver. João Bosco Vaz que falou com muita contundência –, e as emendas impositivas para a saúde? Por que ainda não liberaram esses recursos todos para alcançar para os hospitais? Especialmente no que diz respeito às emendas na área da saúde, que aliás, foi o pactuado quando aprovamos a lei lá atrás, de que a metade dos valores destinados por vereadores seriam para a área da saúde. Então nós estamos aí para contribuir, queremos dar nossa parcela de contribuição, talvez um pouco impactados, porque estamos numa pandemia que ninguém tinha tido a oportunidade de vivenciar, mas estamos todos muito cautelosos, confesso assim até com um pouco de precaução, com medo do que pode representar aquilo que está se avizinando, aquilo que está sendo anunciado, mas estamos aí, atentos e presentes ao debate, querendo dar a nossa contribuição para com esse momento difícil que enfrenta a sociedade porto-alegrense, gaúcha, brasileira, o mundo em geral, com efeito ao combate a essa crise instalada a partir do coronavírus. Então essa é a nossa contribuição ao debate. Uma boa tarde, muito obrigado a todos.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Boa tarde, Presidente, colegas vereadores e vereadoras, lideranças já nominadas, ao colega Bosco por seu aniversário e por ser o proponente deste importante debate em que pudemos ouvir as posições dos colegas e as posições dessas importantes lideranças que geram emprego e renda através das suas atividades em nossa Capital. Nós vivemos num quadro em que a população toda foi levada ao pavor, ao medo; a mídia, em alguns programas, se transformou em obituários, não há uma motivação para que se melhore o estado emocional. Há todo um trabalho para se levar para o caos, caos emocional também, então, como foi citado, que há alguns locais abertos, as pessoas não estão comprando porque esse... (problemas técnicos no som.) ...puxado pela crise, pelo desemprego, por tudo o que já foi nominado aqui com números. E vejam que, no início, houve uma elogiável atuação da Secretaria da Saúde, onde não se via mais ninguém caindo pelos corredores de hospitais, então se entendeu que estávamos realmente administrando e controlando esse quadro terrível que sempre foi a saúde no país. Não se viu mais dados de outros óbitos, e se no ano passado foram a óbito quase 13 mil pessoas com vários

diagnósticos, não se viu mais falar, somente o que é o vírus que nos amedronta e que não se sabe quando vai terminar. E o que me chama atenção é que se hoje o quadro deveria ser somado aos óbitos que sempre aconteceram, não houve um trabalho maior de planejamento... (Problemas técnicos no som.) ...e nós estamos, autoridades, num pavor, fechando tudo, e vou dizer popularmente, quebrando tudo, porque nós não vamos nos levantar tão cedo este quadro... (Problemas técnicos no som.) Fica em casa, fica em casa, que é uma motivação muito grande, não separou os quadros de risco, agora vão ter que fazer outro trabalho para tentar salvar alguma coisa. E não venham com rótulos de que não temos a sensibilidade com a vida, não sentimos a perda de amigos, de familiares de amigos. Esse rótulo, para quem nos conhece, como vereadores que andamos na cidade, não vai colar. Então o que quero dizer às autoridades aqui, aos representantes, às lideranças, é que eles têm o meu apoio para tentar solucionar, e vamos votar a favor do que vier para a Câmara, do que for proposto. Podemos criar um comitê de crise, tentarmos, junto à Prefeitura, embora acho que agora seja um pouco tarde, nos agregar a um grupo de trabalho do comitê de crise, porque já existe uma linha adotada em que estamos excluídos, mas somos conscientes de tudo o que está acontecendo, mesmo porque somos muito bem informados, e eu, de minha parte, sou favorável a esta reabertura gradual. Apresentei um projeto de aferição de temperatura, o que eu acho muito importante, mas o governo não compreendeu, não quis incluir mais este item como prevenção, porque muito pode se prevenir quando se detectar que uma pessoa está com febre por qualquer motivo. Se 40% da população tiver esse tipo de constatação, são 40% da população que não estariam contaminando. Cumprimento pelo debate, por tudo o que se ouviu, e estamos sensíveis a tudo o que está acontecendo, muito tristes de ver o fechamento novamente de várias atividades. Chama atenção academias que investiram, chama atenção lojas, chama atenção até os *shopping*, que são maiores, grandes empreendimentos, enfim – o que se vê é só tristeza, desespero. O dinheiro emergencial, um valor que nunca foi dado no país, que se reconhece que vai terminar, e aí, quem vai manter essa população? Como bem disse a ver. Nádia, vai se tornar uma questão de segurança e muito mais para a cidade de Porto Alegre, para o Estado e por aí fora.

Agradeço tudo o que vi, porque nós, como representantes da cidade, precisamos saber, e essas propostas de reunião sempre são importante para se tomar decisões, embora já se tenha a posição da reabertura gradual e com prevenção à saúde. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigada, Ver.^a Lourdes. A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Boa tarde, Presidente, boa tarde colegas vereadoras e vereadores. Lamento por termos perdido duas pessoas que

tinham sido convidadas e que tiveram que se retirar da nossa reunião; continuamos com o Paulo e com o Nilton nos ouvindo. Quero dizer a vocês, e alguns colegas já sabem, que hoje faz um ano que tomei posse como vereadora na Câmara Municipal de Porto Alegre, e serei eternamente grata à Ver.^a Mônica, que foi extremamente justa naquele momento. Desde lá as nossas lutas são muito grandes. Nunca imaginei passar por tantas provações como passei neste ano com o pedido de extinção do IMESF, o pedido de retirada dos cobradores e tantos outros projetos impactantes para nossa cidade, principalmente para nossos trabalhadores, que vivenciei. Quero dizer a vocês que por 30 anos vendi roupa feminina, fui comerciante, carreguei muita sacola, atendi muito consumidor final e sei muito bem o que cada comerciante passa no seu dia a dia. Eu sei muito bem o que é conquistar e precisar desses clientes, estar aberto, estar funcionando e ter todas as condições para atender essas pessoas. Eu fico pensando o dia a dia dessas pessoas que hoje não conseguem trabalhar. Eu estaria desesperada, assim como muitos estão desesperados neste momento, porque não conseguem manter as suas famílias, porque as famílias se desestruturaram com essa pandemia. Pessoas que tinham serviços informais, porque às vezes o marido ou a esposa trabalhavam no comércio e o par trabalhava num serviço informal, e agora não estão trabalhando. O meu marido trabalhou 22 anos na FIERGS e foi demitido nesta pandemia, porque era grupo de risco, pois tem 61 anos. E se eu não estivesse trabalhando? Nós estaríamos como muitas famílias que hoje não sabem como fazer para manter o sustento das suas famílias e de seus funcionários, porque muitos que têm empresa têm muitos funcionários, cada empresa dentro do seu tamanho, da sua realidade, mas muitos sustentam milhares de famílias, e está todo mundo desesperado, sem saber como vai fazer, como agir neste momento. Nós sabemos que enquanto não tivermos uma vacina, vamos ter isso. Hoje temos vacina para H1N1, mas todos os anos temos casos de H1N1; ano que vem nós vamos ter casos de Covid-19, porque é um vírus que está no ar, está aí, e enquanto não houver vacina, vamos ter que ter precauções. E nós não tivemos. Tem alguns vereadores que dizem que nós temos que apresentar soluções, que nós criticamos por criticar. Não, nós apresentamos soluções, tanto que mudamos o Regimento desta Casa quando começou a pandemia para votarmos única e exclusivamente projetos que são referentes à pandemia, e todos os vereadores trabalharam em prol disso, de construir projetos que pudessem trazer alternativas e soluções para a pandemia. Então nós estamos, sim, apresentando soluções. Nós pedimos, desde o início desta pandemia, testagem; o Ver. Mendes foi um daqueles que desde o começo pediu que fosse feita testagem em todos os trabalhadores, principalmente nos trabalhadores da saúde que estão na linha de frente, e nós sabemos que muitos não foram testados, muitos foram mandados para casa por 7 dias ou 14 dias para depois regressarem sem saber se tiveram, ou por serem assintomáticos. Discutimos muitas vezes aqui na Câmara a falta de EPIs, e nós continuamos com falta de EPIs, nós continuamos com trabalhadores por uma semana recebendo e trabalhando com o mesmo EPI, mesmo que alguns vereadores da base digam que não. Nós sabemos a realidade, porque nós sabemos, porque nós recebemos, todos os dias, denúncias e pedidos de ajuda de pessoas. Quando os vereadores colocaram esse projeto pedindo a abertura do comércio, eu fui uma das vereadoras que

apoei, votei a favor, porque eu acho, sim, que nós precisamos manter as nossas famílias e as famílias dos trabalhadores do comércio. É inadmissível nós não termos tido, lá no começo, ações que fossem inibitórias, que facilitassem para que não chegássemos a esse ponto que estamos hoje. Hoje, nós estamos na bandeira vermelha, quase no *lockdown*, e nós, provavelmente, vamos entrar no *lockdown* nas próximas semanas, porque, como disse o Ver. Oliboni, os hospitais estão colapsando, os leitos estão lotados por pessoas do interior, ou por pessoas de Porto Alegre, ou por pessoas com outras doenças respiratórias que todos os anos nós temos – porque todos os anos as nossas UTIs lotam com problemas respiratórios. E nós não tivemos ações do nosso prefeito, do nosso Executivo. Nós indicamos, nós pedimos, nós orientamos, nós falamos; mas, como disseram os vereadores, nós não somos ouvidos. Quando meus colegas falam em grupo de trabalho, eu acho que é extremamente apropriado, mas acho que não vai sair das nossas reuniões. Eu acho que nós vamos falar, falar, falar e falar, e nenhum daqueles que têm que nos ouvir vai nos ouvir, como não fizeram até agora. A gente tem um representante do povo, a gente tem que ouvir as categorias, apoiar as atividades econômicas, porque elas são de extrema importância. Eu trabalho com um grupo de ajuda há mais de nove anos; eu trabalho com pessoas vulneráveis que passam fome, que não têm saneamento básico nas suas casas e muitas outras necessidades, e eu sei o quanto é difícil, eu sei que nós estamos caminhando para um caos também social. Muitas pessoas que tinham o seu emprego, mesmo que fosse informal, estão entrando num outro nível, no nível de miserabilidade. Infelizmente, muitas pessoas estão passando fome, muitas pessoas estão desassistidas. Então eu escuto toda essa fala e a única coisa que eu vi, na verdade, foi a oferta de crédito fácil. Se nós tivermos os nossos comércios fechados, não produzindo, não gerando receita, o mesmo comércio não tem condições de pagar um empréstimo. As pessoas não precisam de dinheiro para seguir e, ali adiante, quebrar, elas precisam de oportunidade de trabalho. Nós precisamos que o comércio possa trabalhar. Eu, sinceramente, não acredito que o comércio seja o grande responsável e que tenha que ser punido como está sendo com o seu fechamento. Eu acho que todos tinham que estar abertos, com protocolos, com cuidados. Desde abril, eu bati muito, defendi muito a reabertura das escolas infantis privadas e falo muito nas nossas reuniões, porque, lá em abril, elas podiam estar abertas para atender aos pais que tinham que trabalhar, que tinham que estar nos serviços essenciais, porque o nosso projeto era para a reabertura parcial, não era para reabertura total, porque sabemos que não era possível, tinha que ser gradativo. Essas escolas estão fechando as portas, toda semana tem escola fechando, definitivamente, as suas portas. Isso é muito triste, porque são dez, quinze, vinte professores que têm que parar. Hoje tem uma MP que protege esses professores, que foi ampliada por mais 30 dias, mas daqui a 30 dias nós não vamos ter mais, e esses professores, provavelmente, serão demitidos, assim como muitos outros funcionários. É muito triste tudo isso que a gente está vivendo. Fala-se muito em empatia, mas falta muita empatia para o nosso governo. Colocar-se no lugar do outro é a palavra-chave. Quero dizer a vocês que apoio a reabertura parcial, com segurança, do comércio e de todos que precisam estar abertos e manter os seus

funcionários, seus trabalhadores, e lamentar as decisões do nosso governo. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO MELO PERES (Diretor Legislativo): Muito obrigado, Ver.^a Cláudia Araújo. O Ver. Professor Wambert está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PROFESSOR WAMBERT (PTB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores que nos acompanham pela internet; parabéns ao nosso simpático, querido, aguerrido colega Ver. João Bosco Vaz pelo seu aniversário, excelente vereador de Porto Alegre, dedicado, comprometido com a cidade, preparadíssimo.

Quero agradecer esse tempo que me foi concedido pela minha bancada, a bancada do PTB – não falo em nome dela, mas agradeço ao meu líder, Ver. Cassio Trogildo. Tenho me dedicado ao tema, falar sobre o nosso PL nº 046, de 2020, de minha autoria, do Ver. Felipe Camozzato, do Ver. Ricardo Gomes, do Ver. Valter Nagelstein, do Ver. Mendes Ribeiro e da Ver.^a Comandante Nádia. Eu tenho escutado, nas últimas sessões, de alguns vereadores mais exaltados, uma série de insultos que são, verdadeiramente, falaciosos, e eu quero estabelecer a verdade aqui com os colegas e para a sociedade que está assistindo e acompanhando a Câmara de Vereadores.

No dia 4 de julho, nós aprovamos o PLL nº 046/20, que limitava o poder de decretar do prefeito, que garantia atividades essenciais e proibia que, por via de decreto, se fechassem essas atividades. É consenso, na doutrina, que decreto tem duas funções: a primeira é regular uma lei; a segunda é garantir a eficácia de uma lei. Decreto não pode extinguir direitos. Então, antes que alguém me venha com a falácia de que o Supremo decidiu isso ou decidiu aquilo, isso é um consenso. Nós podemos rediscutir a nossa federação, o papel dos municípios, isso pode ser discutido, é um debate acadêmico, é um debate político, é um debate intelectual; mas é um fato que a utilidade de um decreto é para regular uma lei ou garantir a eficácia dela. Decreto não pode extinguir direitos. Nós temos visto, não só em Porto Alegre, mas em 5 mil municípios brasileiros, os prefeitos governando por decreto – aliás, ontem eu ouvi um vereador dizendo isso, que o prefeito estava governando por decreto e vai continuar governando por decreto.

Esse projeto, como todos nós sabemos – você que está em casa talvez não saiba –, veio no dia 2 de julho, foi votado com os vetos do prefeito. Alguns vetos foram derrubados, mas foi mantido o veto sobre o art. 3º, o art. 5º e o art. 6º – justamente o artigo que limitava o poder de decretar do prefeito. Sim, senhores, a lei tem poder de limitar a capacidade de o prefeito decretar, a lei está acima do decreto. Foi um momento em que a Câmara de Vereadores de Porto Alegre podia ter protagonizado, poderia ter avançado, poderia ter dado a sua contribuição, e não ficar “enchendo morcilha” num debate inútil entre oposição, falando em *lockdown*, era uma atitude concreta que a Câmara podia tomar. Muito bem, eu respeito quem pensa diferente. Há um debate aqui,

ele é cotidiano, tem gente que é a favor do isolamento vertical, tem gente que é a favor do isolamento horizontal. Naquele dia, estava assim. E desculpem aqueles que ficam nos chamando de demagogos, de mentirosos e vão à mídia nos ofender. Surgiu um *card* dizendo: “Esses vereadores votaram contra a abertura do comércio”. Aí alguns vereadores, revoltados, começaram a acusar não sei quem e soltar indiretas, inclusive hoje, nesta sessão, aconteceu isso, um vereador do PT, que tem essa prática abjeta, asquerosa, vergonhosa de enviar *cards* insultando os colegas vereadores que pensam diferente. Olha, eu jamais faria uma coisa desse nível, porque eu acho isso um tipo de política vergonhosa, vulgar. Eu não preciso denegrir a imagem de nenhum colega para mostrar o meu trabalho. O meu trabalho, eu trabalho muito, ele aparece lá, ele vai na frente, ele me precede. Eu não preciso destruir a reputação de ninguém. Eu duvido, duvido muito, que eu, o Ver. Camozzato, a Ver.^a Nádia, o Ver. Valter, o Ver. Mendes Ribeiro, qualquer um de nós seis tenha sido autor desse *card*. Isso... (Problemas técnicos no som.) ...revolta, e a politização da sociedade ao achar que o eleitor é um mentecapto e não sabe... (Problemas técnicos no som.) ...subestima, isso é um erro gravíssimo que pode ser cobrado depois. Não fui autor desse *card* e tenho plena convicção que nenhum dos seis o foram, mas é importante estabelecer a verdade.

Eu quero mandar um abraço ao Ver. Alvoni Medina, ao Ver. Cassiá Carpes, à Ver.^a Cláudia Araújo, ao vereador aniversariante de hoje, ao Ver. João Carlos Nedel, ao Ver. José Freitas, à Ver.^a Lourdes Sprenger, à Ver.^a Mônica Leal e ao Ver. Reginaldo Pujol, que votaram a favor da abertura do comércio, sim, e que votaram também, ao tentar derrubar o veto do prefeito, na limitação decretada em matéria de abertura e fechamento das atividades essenciais. Este é o fato, esta é a verdade. Senhores, tantos vereadores estão aqui defendendo o isolamento de uma forma elegante, de uma forma altiva, convictos; esses vereadores que estão fazendo essa defesa, têm tido uma postura íntegra, não se escondem atrás de falácias, não vão à mídia dizer que os colegas estão mentindo, que os colegas são demagogos, não vão. O fato é que o projeto de lei – você que está em casa –, nos seus artigos vetados, limitava a capacidade de o prefeito decretar. Essa é uma função da Câmara de Vereadores, é a nossa função, como vereadores, e alguns vereadores fizeram a escolha do isolamento, discursaram, no dia, inclusive – discursaram no dia! –, e agora, sobretudo alguns vereadores da oposição, que insultam o prefeito o tempo inteiro, que dizem que o prefeito não tem diálogo e que a Câmara isso e aquilo, abriram mão de legislar, abriram mão de cumprir a sua função de colocar a lei acima de um decreto, essa é a verdade.

Eu não queria fazer esta manifestação, mas eu estou há três dias ouvindo insultos o tempo inteiro, insultos injustos, absurdos e mentirosos, falaciosos, não só aqui na tribuna desta Casa, mas também na mídia. Então, para você que está em casa, se estabeleça a verdade: o nosso PL nº 046 liberava a economia, porque ele incluía atividades essenciais e impedia a capacidade do prefeito de decretar o fechamento dessas atividades. Cada um que assuma seu voto! Eu tenho nas minhas costas muitos votos antipáticos que até hoje eu estou me explicando, mas eu não ataquei os colegas, eu não ataquei os meus adversários; eu estou respondendo pelos meus votos.

Peço desculpas mais uma vez pela dificuldade de conexão. Para concluir: cada um de nós deve assumir suas responsabilidades. Eu não trabalho insultando colegas, eu não trabalho difamando colegas nem detratando quem pensa diferente de mim, jamais fui autor desse *card*, mas que um processo absolutamente legal, que um projeto de lei que ia ao encontro do interesse da sociedade gaúcha, seja toda hora jogado contra nós como se fosse uma demagogia, uma leviandade, uma irresponsabilidade... Tenho 20 anos de magistério, nunca usei o argumento de autoridade, 20 anos como professor de direito constitucional, não venham me dizer o que é constitucional, o que não é, insultando esse decreto, porque é poder da lei – é poder da lei! – limitar a capacidade de o prefeito decretar. Peço desculpas a quem não couber a carapuça, porque a maioria esmagadora dos vereadores que votou contra este projeto, votou com convicção, bem-intencionado, a favor daquilo que entende que é o bem comum, da necessidade de isolamento, da necessidade de retardar, e alguns estiveram na tribuna dizendo que isso tem que ser missão do prefeito, que é uma missão administrativa, que não seria competência nossa. Hoje mesmo o Ver. Mauro Zacher, muito honestamente, falou isso na tribuna, que votou contra e reconheceu que o projeto abria a economia, garantia o funcionamento da economia – o Ver. Mauro Zacher, que me precedeu aqui na tribuna –, e falou que essa abertura não podia ser de uma forma impensada, não podia ser de uma forma assolapada, mas reconheceu que o projeto realmente abria a economia.

Então, enquanto formos insultados, enquanto formos atacados na nossa dignidade de parlamentares, eu vou me defender aqui na tribuna. Deixo um abraço a todos, um abraço a você, cidadão de Porto Alegre, acompanhe os trabalhos na Câmara, acesse o nosso PL nº 046/20 e veja quem está mentindo, quem é demagogo e quem está dizendo a verdade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Professor Wambert. O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Primeiramente quero trazer um abraço a vocês todos, companheiros, colegas vereadores e vereadoras, nosso Presidente, ao Luiz, que está no comando; um abraço aos nossos convidados da tarde de hoje, já nominados; e quero cumprimentar o Bosco pelo aniversário.

Quero dizer, inicialmente, que acompanhei todas as manifestações e começo concordando na íntegra com praticamente tudo que foi dito, e quero falar sobre a manifestação inicial do Ver. Adeli Sell, que, na verdade, nós precisávamos ter tido e participado de um comitê de crise Legislativo-Executivo e isso não aconteceu. Nós estamos tateando no escuro. A Cláudia também disse uma coisa interessante: falamos, ouvimos, escutamos e temos poucas possibilidades de uma ação mais concreta. Eu concordo, desde o início, que na verdade erramos. O que nós temos hoje? Se pensava

num fechamento do comércio por 15, 20, 30 dias, e isso vem há 90 dias e, pelo que se fala, aquele pico que se esperava em abril, veio para maio, junho, julho e agora agosto e setembro, jamais tenha acontecido e isso tem trazido enormes dificuldades para a sociedade toda e sinceramente também para a economia do País inteiro. Acho que o mundo inteiro está errando, poucos países acertaram em relação a isso. Vou repetir aquilo que falei ontem, que foi criticado por alguns, mas não tem problema, é do jogo democrático: para mim o grande erro começou pela omissão irresponsável do governo federal. Temos um ministro que está escondido, que propõe nada, que fala nada, que sugere nada, e isso tem causado sérias dificuldades. Não existe aquele velho planejamento em nível nacional, e sei que aconteceu uma decisão do Supremo Tribunal, uma decisão de uma forma; agora, aquela decisão, na minha maneira de ver, não afastou a necessidade de uma coordenação nacional. É a primeira observação. Segunda questão: eu sou amplamente favorável à abertura, como já foi dito aí, com critérios, da economia. Agora, respeitando, como sempre respeitei o querido Ver. Wambert, na verdade eu acredito que isso acontece: em tempos de calamidade pública, é preciso ações rápidas eficientes e o decreto tem essa característica da rapidez.

O que nós temos hoje? Hoje, com seus erros, com seus equívocos, nós estamos com uma dificuldade enorme por falta de leitos, respiradores, profissionais, isso é uma realidade que se constata. Agora, o que aconteceu? Aconteceu que nós, passados 102 anos da última pandemia, ainda usamos o remédio de 1918, que é o único remédio que temos: o remédio do isolamento social. As autoridades no mundo inteiro se omitiram, não se preocuparam com o surgimento de um vírus mais potente. Por outro lado, a globalização, que trouxe, sim, benefícios alguns, trouxe uma perda irreparável. Em tempos de pandemia, o Brasil não estava preparado, com todo o respeito, para produzir máscaras de pano. Nós não tínhamos capacidade instalada para isso; nós não sabemos produzir testes – estamos aprendendo a duras penas – e não temos capacidade para produzir respiradores; nós temos uma dificuldade enorme na busca de pessoal, principalmente da saúde – não é de uma hora para outra que se faz isso. Portanto, para não ficar no fala, fala, fala, o que eu compreendo? Eu compreendo o seguinte: por que o supermercado pode vender panela e geladeira e os menores não podem vender garfo e prato? Nós precisamos de uma ação coordenada com o Executivo, formada por vereadores – que talvez seja tarde, mas acho que não, pelo que está demorando –, um comitê de crise do Executivo, do Legislativo e dos representantes da sociedade civil – concordo com isso que o Ver. Adeli falou – para nós vermos de que maneira se pode buscar a abertura das atividades econômicas. Eu tive pequena empresa e, desculpem, sou mestre em gestão de empregos; se a empresa não tem receita, com toda a certeza, ela vai à falência. Portanto, é preciso buscar alternativas de abertura com critérios, e pode ser, sim, de todas as atividades. Ontem, inclusive, sugeri – também recebi críticas, mas acho que isso é positivo – que se faça a abertura com redução do número de pessoas, funcionários e clientes na loja, ou que se faça a mesma redução numa espécie de rodízio, como aconteceu com os automóveis. Por que não autorizarmos a abertura de toda micro e pequena empresa num rodízio, por exemplo, com o final do CNPJ? Final

de 1 a 5 abre uma semana, de 6 a zero na outra. Com isso, nós poderíamos buscar alguma alternativa de abertura das nossas atividades econômicas.

Para concluir, é claro que merecem críticas essas minhas proposições, mas alguma proposta tem que ter, nós não temos proposta nenhuma por parte das autoridades. O nosso empresariado fala, fala, fala e propõe, mas não estão atendendo isso. O que eu quero dizer? Tem que ter alguma forma de buscar sustentabilidade dos negócios para segurar emprego e para segurar as nossas empresas de pé. Agora, eu quero chamar a atenção, porque eu tenho ouvido bastante “com esse problema, a criminalidade aumenta, pela fome, pela falta de empregos”. A criminalidade está aumentando agora, basta olhar o que tem acontecido nos estados, estão roubando feito loucos – compra de respiradores, construções de hospitais, assim por diante. Não dá para pensarmos que, sem comida, o pobre vai partir para o crime, enquanto tem gente muito bem alimentada roubando aos bilhões; portanto, é preciso dar uma olhada nisso.

Meus caros convidados que estão conosco, nosso dirigente, a saída é nós, do Legislativo, participarmos com o Executivo de grupos que possam tomar decisões discutidas e, como falou o Comassetto, discutidas pelas autoridades do Executivo, Legislativo e também da sociedade. Alguma coisa é preciso fazer, porque a questão está ficando bastante difícil, e eu, particularmente – talvez meus colegas mais do que eu –, recebo todos os dias uma infinidade de mensagens e de telefonemas suplicando para fazermos coisas para reabrir. Agora, nós o que podemos? É isso. Obrigado e parabéns a todos pelas participações que cada um teve nesta tarde; parabéns a vocês, nossos convidados que estão conosco. Aquele abraço, obrigado pela presença.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Airto Ferronato. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar o Presidente, as vereadoras e os vereadores, mais uma vez, nesta tarde longa e cansativa; saudar o Paulo Kruse, o Neco e os demais que vieram a esta Casa ouvir os vereadores. Quero começar dizendo o seguinte... (Problemas técnicos no som.) ...não é bem assim, Ver. Ferronato, não é bem assim como o senhor está dizendo. Eu sei que o senhor está falando, vou escutar. O governo federal deu tanto dinheiro como nunca se deu neste País... (Problemas técnicos no som.) ...estão recebendo, amparou as empresas – agora, foi prorrogado. Tem que prestar atenção nisto: o Marchezan tinha, no governo federal, um “ex” dele, da saúde, que facilitou o decreto de calamidade pública – naquela época, não tinha calamidade pública; é diferente, poderia ter. Então, foi tudo errado, começou mal, pegou dinheiro, não amparou hospitais, Parque Belém e outros. Uma criança sabe – eu disse isso para ele aquele dia, ele fica brabo, se irrita – que no inverno nós temos problemas sérios no Rio Grande do Sul, imaginem com o coronavírus. Então ele fez um decreto, ficou com as cartas na manga, ficou com flexibilidade no orçamento, fez o que

bem entendeu. Ferronato, o governo federal perdeu as suas prerrogativas. Aqui, nós demos azar, o governador é do mesmo partido do prefeito; estão jogando as cartas na mesa e estão combinando. Quero ver agora ele dizer não para o governador na abertura da dupla Gre-Nal ou do Campeonato Gaúcho. Então vai ser uma contradição enorme.

Eu quero aqui aproveitar para deixar aqui uma lembrança. Acho que, quando nós somos vereadores, a gente erra, acerta, às vezes vota assim, vota assado, mas tem que ter a responsabilidade de assumir. Quando o Wambert fala, não adianta ficar brabo. Gente que votou ou não votou, por exemplo, no aumento do IPTU vai responder para o cidadão agora nas eleições. Eles querem saber, me perguntam toda hora, eu não digo, mando olhar nos anais da Câmara, tem que olhar nos anais da Câmara as votações. Pode não gostar que o vereador, um dia, votou assim ou assado, mas ele tem toda a legitimidade. O cidadão tem que ver nos anais da Câmara quem votou no aumento de IPTU, quem não votou, quem fugiu do plenário; hoje, quem votou contra a abertura do comércio. Não adianta só bater no prefeito, ele tem os erros dele, mas nós temos que assumir, a Câmara não assumiu até hoje. Essa é a realidade, a tarefa da Câmara é essa, tem legitimidade, tem autonomia, é Legislativo, mas não tomou providências, deixou correr. Essa é a realidade.

Então, agora, diante disso, eu peço – porque ainda tem tempo, nós estamos no fecha e abre, quem sabe uma hora dessas nós vamos abrir – ao Paulo Kruse que participe mais efetivamente; porque o dirigente Henry, eu já tinha visto uma entrevista dele na Bandeirantes. Quando nós aprovamos a abertura do comércio, ele disse claramente: “Não, isso não tem validade, nós temos que falar com o prefeito”. Janta, tu falaste a verdade para ele, eu vi essa entrevista na Bandeirantes. Agora está puxando contra, aí fica difícil. Então nós temos que ver um consenso, o Paulo pode participar mais conosco. Eu gosto muito do Paulo, é um amigo com quem tenho conversado, todo mundo gosta dele, é uma pessoa clara, objetiva.

Duas semanas atrás, o prefeito veio à Câmara para falar no coronavírus, mas veio trazer um pacote de projetos, sendo que muitos deles não têm nada a ver com o coronavírus. Pedágios na cidade, no Centro da cidade? Ele está brincando, ele quer fechar Porto Alegre. É claro que depois está o Ramiro nos olhando, está o Mauro, eles deixam sempre para ser os últimos a comentar, para comentar o que já foi narrado. Defender o quê? Como é que eles vão defender o Marchezan? O que ele fez com o dinheiro? O que ele está fazendo com o dinheiro? Gastou em publicidade no Brasil inteiro. Vai dizer o quê? A realidade é essa. Acho que ainda tem um tempo, eu até daria uma ideia – todos já deram, nós também temos esse direito: que a Mesa Diretora tome a responsabilidade da Casa e vá para o debate com o prefeito. A Mesa Diretora tem toda a legitimidade, nos representa, pode conversar com prefeito, buscar um entendimento, porque estamos nesse fecha e abre, fecha e abre. O Marchezan, no ano que vem, não vai mais estar na Prefeitura, aí vai deixar um rombo para os outros, não tem arrecadação. Esse é o detalhe, essa é a minha opinião, acho que tem tempo sim, pois nós jamais esperávamos que estaria nesse fecha e abre. É muito simples falar do governo federal. Eu não sou apaixonado por governo federal, governo estadual e municipal, já passei por várias esferas, não tenho paixão, mas dizer que o governo federal não deu dinheiro, não

deu o apoio? Deu bilhões para a saúde, está pagando bilhões, esse povo humilde nunca teve tanto dinheiro de um governo. Esse governo tem muitos erros, mas isso nós não podemos omitir. Acredito que devam ser feitas mais rapidamente as reformas, administrativa, tributária, que já estavam demorando, e o coronavírus veio para atrapalhar mais.

Mas o nosso problema é Porto Alegre, em Porto Alegre o prefeito não tem diálogo, não conversa... O Mauro está tonto, o Mauro é gente boa, mas ele não tem... Falta um pouquinho ao Mauro enfrentar o prefeito, Mauro, liderança: “Prefeito, não dá para fazer isso!” – tem que dizer isso, só dizer amém para o prefeito é simples. Se só disseres amém, tu irás morrer abraçado com ele. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Cassiá Carpes. O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Uso, neste momento, a liderança do Partido dos Trabalhadores, em meu nome, Adeli Sell, Líder da bancada, e dos vereadores Eng^o Comassetto, Marcelo Sgarbossa e Aldacir Oliboni. Não podemos deixar de nos manifestar como um dos partidos que tem atividade há muito tempo na Câmara, desde a época do Antônio Hohlfeldt, e agora somos quatro vereadores. Eu não vou entrar aqui em qualquer bate-boca sobre *card* ou não *cards*, etc. O *card* que foi discutido aqui é mentiroso, porque nós não votamos atividades essenciais, votamos outras atividades, e sempre disse que o problema do prefeito é um problema de ziguezague, é um problema de autoritarismo. A questão toda é a seguinte: o prefeito não escutou os vereadores! O Ver. Nedel já colocou antes que, na Câmara, nós temos seis comissões, temos a Mesa Diretora, temos frentes parlamentares em que nós juntamos dezenas e dezenas de pessoas em frentes parlamentares, poderíamos ter constituído, e também uma cobrança que já fiz às entidades. Mandeí por escrito: “Senhoras e senhores, têm que bater o pé, ou vocês não conhecem o prefeito que esta cidade tem?” Eu disse da autocrítica: primeiro, tem que fazer autocrítica quem votou nele. Ele vendeu um peixe e está entregando um lambari. O que é isso?! Então, nós não podemos ter meias palavras, chegou a hora da onça beber água. Nós temos uma intransigência do Executivo que está levando esta cidade para o fundo do poço. A cidade está gastando dezenas e dezenas de milhares de reais do dinheiro da saúde, tirado da saúde em propaganda – propaganda mentirosa! Propaganda feita em ônibus da Região Metropolitana, propaganda feita no Jornal Nacional, na Folha de São Paulo, no Estadão, em jornais fora da capital dos gaúchos. Nenhum serviço de utilidade pública – nenhum serviço de utilidade pública! Eu antes falei do Mercado Público e falarei novamente do Mercado Público! Havia medição, havia controle, tem areação. O pessoal não está conseguindo pagar os aluguéis, “ah, o restaurante pode fazer, tem o *delivery*” – não tem essa tradição lá, todo mundo sabe disso! As pessoas vivem em que mundo? Mas daí os

mercadores pedem uma diminuição do aluguel e o prefeito não dá, mas o prefeito fecha o Mercado Público e não dá uma diminuição no aluguel que a iniciativa privada está dando. Por que ele não leva isso para a procuradoria para resolver esse problema? Como nós resolvemos em 2003 e 2004, pegando inclusive, sobre a questão dos aluguéis, o que acontecia na região, nós mudamos o contrato aceito pelo Tribunal de Contas. Não, não pode ficar assim, e digo mais: o prefeito quer quebrar o mercado do público, mas eu entregarei ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, 20 mil assinaturas se colocando contra o processo de PPP que, na verdade, é um processo de privatização que ele não poderia fazer agora, porque confronta o art. 84 da Lei Orgânica de Porto Alegre. Faltam menos de 180 dias para nos vermos livres do prefeito, e ele quer nos levar a essa situação. Não nos calaremos, nós nunca conciliamos com essas propostas do prefeito sobre essa temática. Nem essa, nem outra.

Quando nós dissemos para utilizar o Hospital Parque Belém, não foi feito. Hoje nós estamos em uma situação catastrófica, com as UTIs lotadas. Os testes não estão sendo feitos! Ele diminui a circulação, tirou o vale-transporte, mas não tomou nenhuma medida para resolver os problemas de circulação e transporte. Tirou linhas de ônibus que são fundamentais, as pessoas estão perdendo emprego, porque cortou certas linhas de ônibus! Essa é que é a discussão, a discussão é muito mais ampla, é a catástrofe que está sendo colocada pelo prefeito. Não sou só eu que estou falando, não é só a oposição, eu sou apenas um vereador que tem quatro vereadores na sua bancada, portanto eu falo por quatro, mas eu posso dizer que eu estou falando por muitos mais, porque eu vi pessoas que eram da base do governo rompendo com o governo.

Senhores empresários, senhores representantes dos trabalhadores, sejam ousados, sejam corajosos, não se deixem enrolar. Os senhores têm uma representação, Paulo Kruse, você representa 15 mil empresas de Porto Alegre; Nilton Neco, você representa milhares de comerciantes; Henry, tem muito restaurante, muito boteco, o senhor representa, o senhor não pode baixar a guarda; o Schukster já colocou como agem as instituições ligadas à venda e locação de imóveis. Ou seja, chega, Prefeito! Nós vamos fazer os enfrentamentos, nós estamos em contato com o povo de Porto Alegre, com o povo nós estaremos, pela saúde, pela economia. Façam um programa de recuperação, reúnam-se com o governador, façam um programa de empréstimos via Banrisul, que é o banco dos gaúchos, é o nosso banco. Boa tarde para todo mundo, que tenhamos uma boa quinta-feira, apesar do frio.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Ver. Adeli Sell. Sr. Presidente, não temos mais inscritos em liderança.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Em tais condições, vereador, eu quero, antes de tudo, reconhecer a importância da vinda, até a Câmara Municipal, dessas lideranças da comunidade de Porto Alegre, tanto do comércio como dos consumidores. Há de se reconhecer que, a rigor, todos nós somos consumidores,

quer sejam líderes patronais, ou líderes dos trabalhadores. Dois deles permanecem até agora conosco, é o Kruse, meu querido amigo Paulo Kruse, que preside o Sindicato dos Lojistas do Comércio de Porto Alegre – Sindilojas, e o Neco, o Nilton Souza Neco, que preside o Sindicato dos Empregados no Comércio de Porto Alegre – Sindec, que bela coincidência. Então, não posso permitir que essa magnífica reunião seja conclusa sem que os dois deixem de emitir o seu parecer final a respeito do debate que aqui se estabeleceu. Então, eu solicito, meu caro Luiz Afonso, que seja assegurada a essa dupla a oportunidade de manifestação junto com meu agradecimento pela persistência de ficarem até este momento conosco, sem que isso implique em nenhuma desconsideração aos outros dois líderes que estiveram conosco e que, por terem tido compromisso anteriormente assumido em outras circunstâncias, não puderam ficar até este momento. Então, reconhecidamente essas duas lideranças que representam momentos, situações e circunstâncias diferentes, com as minhas homenagens, eis que os dois serão responsáveis pelo encerramento das nossas atividades neste painel magnífico que a Câmara de Vereadores teve a oportunidade de realizar. Passo a ti, Luiz Afonso, mais uma vez, o comando das operações.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Sr. Nilton Souza Neco, presidente do Sindec – Porto Alegre, está com a palavra.

SR. NILTON SOUZA NECO: Primeiramente, resistindo aqui pelo respeito que a nossa entidade tem pela Câmara de Vereadores de Porto Alegre, quero agradecer ao Presidente Reginaldo Pujol, ao Ver. João Bosco e ao Ver. Janta pela iniciativa – somos colegas porque somos de sindicatos, apesar de muitas vezes não coincidirmos em nossas ideias; o Paulo Kruse também acompanhou até o final. Acho que é importante, para nós, valorizar esse espaço que a Câmara nos deu, agradecer a todos os vereadores e vereadoras, os que interviram, os que não interviram pela oportunidade que nos foi dada de participar desta sessão de hoje. E quero dizer, Ver. Reginaldo Pujol, Ver. Bosco, Ver. Cassiá Carpes, Adeli, os vereadores antigos nesta Casa, Ver. Oliboni, enfim, que o Sindicato dos Comerciantes de Porto Alegre tem história com a Câmara de Vereadores, com a Casa do Povo de Porto Alegre. A gente participou de vários embates políticos, de vários projetos muitas vezes polêmicos; tivemos vitórias, tivemos derrotas, tivemos aliados, perdemos aliados, ganhamos novos aliados, enfim, faz parte do jogo democrático tudo que a nossa entidade passou e passa junto com essa Casa, que é a Casa democrática da nossa Cidade. Eu acho que a resposta está aqui mesmo nesta Casa, porque acho que todo mundo aqui fez a análise dos problemas que nós estamos enfrentando com essa pandemia, os acertos e os erros da Prefeitura e da sua equipe técnica. Agora eu acho que nós temos que buscar soluções para isso, e se o prefeito não está querendo ouvir, não ouve até agora, até este momento não nos chamou, e tem exemplos, aqui dentro dessa Casa, de propostas de a gente montar um comitê de crise, eu acho que a Câmara podia tomar a iniciativa de montar um comitê para ouvir a sociedade civil em relação à pandemia e quais as saídas que nós podemos buscar; eu acho que agora não é mais falar dos erros que o prefeito cometeu, é

hora de darmos soluções, e, se o prefeito vetar e não quiser seguir, a Câmara tem força para derrubar o veto, e tem outros mecanismos para poder fazer cumprir aquilo que é de bem comum para a nossa sociedade, e pelo que eu vi e ouvi em todas as intervenções, eu não ouvi uma intervenção contrária de a gente buscar uma saída para a questão da saúde e da economia na nossa Cidade. Então a Câmara tem resposta para isso. Podemos ouvir a sociedade e fazer um projeto conjunto de vários vereadores, e um vereador tem que apresentar esse projeto – eu sei porque a gente já passou isso na Casa, muitos vereadores emprestavam o seu nome para poder fazer projetos para nós. O Ver. João Bosco Vaz, que está ali, uma vez veio direto do hospital para uma votação, para garantir a nossa vitória num projeto, chegou lá com sonda no nariz, lembro disso muito bem, foi importante para nós naquele momento. Então a Câmara tem competência e tem condições de fazer isso, e eu tenho certeza absoluta de que conta com a nossa ajuda e com a ajuda das demais organizações da sociedade civil, se nos chamarem para uma conversa, para buscarmos saídas, saídas que preservem, primeiro, a saúde da nossa população, e, segundo, a economia. Eu acho que temos como fazer isso, o comércio não é o grande vilão, por mais que tenha e movimente 600 mil pessoas na nossa Cidade, não é o grande vilão da propagação, tem outros vilões da propagação, e acho que nós podemos ajudar a resolver isso.

Então, agradeço mais uma vez ao Presidente Reginaldo Pujol, a todos os vereadores, ao João Bosco Vaz, ao Cláudio Janta, enfim, ao Paulo Kruse. Eu acho que nós temos a saída, basta vontade política dos senhores. Muito obrigado pela oportunidade.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Sr. Nilton Souza Neco. Com a palavra o Sr. Paulo Kruse, presidente do Sindilojas-Poa.

SR. PAULO KRUSE: Eu gostaria de agradecer primeiro ao Presidente Reginaldo Pujol pelo convite, dizer que muito nos honra; gostaria de dizer também, de deixar claro, que eu fui eleito para ser porta-voz do sentimento dos lojistas. Eu não sabia que iria enfrentar uma pandemia pela frente, e é muito angustiante estramos com as nossas lojas fechadas, embora entendamos que as medidas tomadas às vezes são necessárias, mas eu sou o porta-voz e, como tal, vou me manifestar. O comércio entende que pode estar aberto, porque tem soluções, nós já ficamos fechados tempo demais. Se houve erros ou acertos, não nos cabe definir. O problema é que os nossos negócios estão ficando sem razão de existir por estar tanto tempo fechado. Por isso nós entendemos que devemos estar abertos. Reconhecemos a representatividade da Câmara Municipal, fico muito satisfeito de ter feito, aí na Câmara, embates que, às vezes, não são do mesmo lado, mas com respeito por todos; sempre obtive o respeito de todos, e, isso, para mim, é bastante importante. Nós teremos ainda dias nebulosos pela frente, mas sempre o diálogo, as negociações e o respeito são muito importantes, e várias pessoas podem fazer mais do que uma, a união sempre é muito importante. O Sindilojas

está sempre aberto para qualquer ação que seja boa não só para os comerciantes em Porto Alegre como também para a Cidade. Se a Cidade tiver uma boa vida, se a Cidade receber visitantes, se ela for uma Cidade feliz, o comércio será um comércio feliz, e é isso que nós entendemos que uma cidade deva fazer. Estamos muito apreensivos com o futuro. Como o Nilton Neco disse, nós temos que pensar em soluções, e urge pensar em soluções, porque fechados não há comércio.

Agradeço muito a todos e espero que possamos nos reunir mais vezes e talvez arrumarmos soluções para que possamos conseguir tocar uma Cidade melhor para todos. Muito obrigado e uma boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Sr. Paulo Kruse. Sr. Presidente, estão concluídas as intervenções.

PRESIDENTE REGINALDO PUJOL (DEM): Eu quero, mais uma vez, renovar os agradecimentos a essas duas grandes lideranças que estão aqui conosco, cumprimentar o vereador que teve a iniciativa de propor esse tema, que é o Ver. João Bosco Vaz; agradecer a participação de todos os vereadores, nós tivemos quase duas dezenas de manifestações, o que demonstra o engajamento da Câmara Municipal nesse momento importantíssimo da vida da Cidade, quando estamos enfrentando essa pandemia, com todas as consequências econômicas, sociais, políticas e sanitárias que ela promove. Enfatizo os agradecimentos aos dirigentes sindicais que nos prestigiaram com a presença, e manifestamos a nossa confiança de que as considerações que os mesmos trouxeram à Casa, nesse dia e nessa hora, possam prosperar e possam possibilitar que dentro em breve a gente encontre o equacionamento adequado para a superação desse momento extraordinariamente difícil que agora a Cidade está vivendo. Obrigado, muito obrigado a todos, e a certeza de que a Câmara Municipal continuará sempre atenta a essas situações para contribuir para que os objetivos gerais de bem-estar social da nossa comunidade sejam plenamente atendidos. Obrigado a todos.

Nós haveremos de ter, na semana que vem, convocações extraordinárias, estamos determinando um período para que sejam consignados os projetos que prioritariamente cada vereador quer ver analisado nesse período. Nós estaremos, junto com vocês, atentos e trabalhando no recesso, sem nenhuma remuneração extra, sabendo que isso é uma das poucas coisas que nós ainda podemos contribuir para que, com a mais absoluta tranquilidade, este momento absolutamente desagradável que a Cidade vive possa ser superado com menos prejuízo para a sociedade em geral, seja para os consumidores, seja os produtores, seja para os comerciantes e comerciários. Muito obrigado.

Esta presidência faz um requerimento solicitando a transferência do período de Comunicações e do período de Grande Expediente para a próxima sessão. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Obrigado, Presidente.

Apregoamos o PLL nº 233/19, processo SEI nº 040.00059/2019-86, de autoria do Ver. Mendes Ribeiro.

Apregoamos o PLL nº 013/20, processo SEI nº 053.00003/2020-52, de autoria do Ver. Valter Nagelstein.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0219/20 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 009/20, que altera os *capita* dos arts. 154 e 154-A e o § 1º do art. 154-A; e revoga os incs. I e II e o § 2º do art. 154-A da Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985 - que estabelece o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Porto Alegre; e o art. 53 da Lei Complementar nº 478, de 26 de setembro de 2002. (Licença-paternidade/Adoção.) **(SEI 118.00104/2020-40)**

PROC. Nº 0225/20 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 010/20, que estabelece a isenção das tarifas de água e esgoto aos consumidores beneficiados pela tarifa social, nos termos do art. 37, incs. I e II, da Lei Complementar nº 170, de 31 de dezembro de 1987, para as competências de julho, agosto e setembro de 2020. **(SEI 118.00113/2020-31)**

PROC. Nº 0226/20 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 012/20, que autoriza a Companhia Carris Porto-Alegrense (Carris) a contratar operação de crédito com instituição financeira, com a garantia do Poder Executivo Municipal, até o valor de R\$ 21.000.000,00 (vinte e um milhões de reais) e dá outras providências. **(SEI 118.00115/2020-20)**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h01min.)
